

Elites agrárias e crescimento económico na periferia portuguesa do século XIX: o exemplo do Alentejo na era liberal (1850-1910)**

I. INTRODUÇÃO

Ao Alentejo, a principal «região latifundista» portuguesa, tem sido atribuída uma trajectória histórica de decadência e atraso, cujas raízes remontariam aos primórdios da expansão portuguesa e ao início da «época moderna», marcada pela persistência de inultrapassáveis bloqueios estruturais e pelo imobilismo social, económico e cultural, que o «século das revoluções» não conseguiu vencer, antes consolidou, e que o século XX não foi capaz de corrigir. Este destino, aparentemente confirmado pelo facto de actualmente a região ser uma das mais pobres e atrasadas do país, foi continuamente associado à persistência de uma elite regional de tipo «tradicional», isto é, uma elite pouco aberta à modernização e ainda menos ao desenvolvimento.

No entanto, a visão de um multissecular e inexorável percurso de atraso e empobrecimento relativo no contexto nacional não parece historiograficamente sustentável. A literatura dedicada à economia e sociedade alentejanas dos séculos XVII e XVIII não permite tal interpretação e constatou-se também

* Universidade de Évora.

** Este artigo integra-se no projecto de investigação «Elites portuguesas em contextos regionais: família, património e redes de interesses no Alentejo contemporâneo», apoiado pela JNICT/FCT (projecto PCSH/CHIS/1002/95) e pelo CIDEHUS.U.E. Uma primeira versão foi apresentada na sessão C23, «Les élites agraires et le développement régional en Europe du Sud. Analyses comparatives (XIX-XX siècles)», XII Congrès International d'Histoire Économique, Madrid, 1998.

que no período da *pax liberal* (1850-1900), uma etapa primordial da formação do Portugal contemporâneo, o Alentejo foi um dos contextos agrários que, no país, mais progrediram.

No 3.º quartel do século XIX — com muitas das reformas institucionais e económicas do liberalismo já realizadas, com a democracia censitária a funcionar regularmente e algumas mudanças visíveis na economia portuguesa — eram enormes as expectativas nas supostamente amplas possibilidades de progresso económico do Alentejo em benefício da região e do país. A região absorveu importantes investimentos do Estado (construção dos caminhos de ferro e melhoramento das estradas), foi particularmente afectada pela política económica liberal (desamortização, liberalização dos mercados) e pelo contexto externo e conseguiu mobilizar os interesses privados por um conjunto de oportunidades de negócio nos planos fundiário e agrário, industrial e mineiro, comercial e financeiro. E o resultado não foi mau.

Até à Primeira Grande Guerra, a população residente aumentou, proporcionalmente, mais do que noutras regiões do país e o Alentejo não só ficou fora do circuito da emigração que avassalou o Portugal rural, como atraiu muita gente de outras zonas do país e do estrangeiro (em particular de Inglaterra e Espanha), que vieram instalar-se como investidores (negociantes, industriais) ou procurar emprego nos trabalhos públicos, na agricultura e nas actividades mineiras e industriais. A sociedade de matriz agrária tornou-se mais complexa, houve uma recomposição do grupo de elite, aumentou o nível de urbanização, tendo sido mesmo criados de raiz alguns núcleos urbanos exclusivamente industriais¹.

No plano económico, apesar da inquestionável importância do sector agrário, a região conheceu um momento de crescimento suportado na diferenciação das actividades. Embora longe de um processo de «industrialização», a região atraiu alguma indústria moderna (moagem, cortiça, mineração), aumentou o

¹ Entre 1838 e 1900 a população residente em Portugal aumentou 36% e na «região económica do Sul» aumentou 44%. Enquanto na generalidade do Norte do país este aumento foi da ordem dos 30%, no Alentejo foi de 38%. Até 1890 a quota de emigrantes portugueses oriundos do Alentejo era quase nula (0,02% a 0,09%). A população aglomerada da cidade de Évora duplicou entre 1845 e 1911. Quanto aos novos núcleos urbanos, o melhor exemplo é o das Minas de S. Domingos: uma «povoação mineira» criada de raiz por James Mason na serra de S. Domingos. Em 1859 a povoação tinha cerca de 1500-1600 habitantes e antes do fim do século já ultrapassava mais de 5000 trabalhadores e 8000 a 9000 habitantes [cf. Jorge Custódio (1996, pp. 178-179) e Filipe Verde (coord.) (1996); v. ainda Paulo Guimarães (1996, pp. 126-127)]. Evolução da população estimada a partir de: *Revisão do Recenseamento da População de Portugal em 1838*, Lisboa, T. J. B. M., 1840; *Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes* (1960), Lisboa, 1964 (faz a compilação dos dados dos recenseamentos desde 1864 por freguesias e concelhos); Massimo Livi Bacci, 1971. Sobre as mudanças sociais no Alentejo do século XIX, v., por exemplo, Helder Adegar Fonseca (1996b) e Paulo Guimarães (1994).

seu produto industrial e acabou por não ficar completamente fora da primeira fase do arranque industrial moderno português (1870-1900). Deste modo, o nível de «especialização agrária» (aferido pelo peso do produto agrícola no total do produto físico e no produto interno bruto regional) não só não foi reforçado, como poderá mesmo ter abrandado².

Por outro lado, o sector agrário alentejano, dominado pelo latifúndio, anteriormente submetido às críticas do reformismo «iluminista», tornou-se uma das grandes esperanças da regeneração agrícola do país e conheceu mudanças importantes. Ao mesmo tempo que na década de 1860 era vencida a etapa da liberalização fundiária (desamortização e desvinculação), se acentuava a liberalização dos mercados e, à escala internacional, se constituía um mercado mundial dos produtos agrícolas, a agricultura regional iniciou um período marcado pelo crescimento moderado (1860-1910) do produto agrícola. Embora mantendo um padrão de especialização vegetal — os vegetais contribuíam com 66% a 73% do produto agrícola final —, o crescimento foi baseado numa diversificação muito apreciável da componente vegetal, mercê tanto do comportamento irregular das culturas arvenses como da expressiva expansão da viticultura, da exploração dos montados e do conjunto da componente animal (34% a 27% do produto final). A complexidade da crise agrária do final do século, a política proteccionista com que Portugal procurou vencê-la, favoreceram de novo a expansão da cerealicultura e o abrandamento do grau de diversificação da agricultura regional, onde o peso do trigo assumiu uma dimensão até então nunca alcançada. Esta trajectória foi acompanhada por um processo lento mas contínuo de modernização do aparato técnico, com particular ênfase, primeiro, na tecnologia da lavra e dos lagares e, depois de 1889, na tecnologia da ceifa e debulha de cereais. Finalmente, tendo em consideração os contextos nacional, mediterrânico e internacional, podem destacar-se duas importantes características da agricultura alentejana neste período: a capacidade de diversificar e a forte sensibilidade e versatilidade face ao mercado interno e externo, factos que contrariam a imagem tradicional da rotina cultural e empresarial tipicamente atribuída à exploração latifundiária³.

Esta leitura, que revê a interpretação clássica sobre a evolução da economia alentejana no século XIX, lança algumas interrogações sobre os agentes económicos que a protagonizaram. Quem foram os agentes da diversificação económica regional? Qual o empenho dos agentes económicos locais em todo este processo? Serão consistentes as teses segundo as quais, com o

² Cf. Helder Adegar Fonseca (1996a, pp. 23-72) e Jaime Reis (1993, pp. 157-180).

³ Jaime Reis (1993, pp. 33-86 e 87-156); Helder Adegar Fonseca (1995, 1996a e 1998).

liberalismo, o Alentejo foi dominado por uma nova «burguesia agrária» que adoptou uma atitude «tradicional» (isto é, aristocrática) na orientação dos seus interesses e revelou uma limitada ambição, capacidade e acção empresariais? Ou, pelo contrário, ela terá sido naquela etapa um agente modernizador da economia regional, contribuindo, assim, também para o que Rolão Preto designou como a maior «traição burguesa» que, no século XIX, transformou as raízes do «ruralismo português» ao dar prevalência ao «critério industrial-agrícola» e forma ao «conceito da indústria agrícola»⁴?

Neste artigo o meu propósito é tentar lançar alguma luz sobre esta questão, analisando a acção dos principais agentes económicos cuja base de operações estava sediada no Alentejo na segunda metade do século XIX. O universo de referência é, por conseguinte, a *elite económica regional*, um grupo cujos elementos são identificados entre 1845 e 1870, a partir de três indicadores fundamentais: (a) a integração no grupo dos maiores contribuintes na região (elite censitária); (b) a pertença, na qualidade de agentes económicos, às sociedades promotoras do desenvolvimento regional criadas sobre a égide do Estado liberal (elite «desenvolvimentista»); (c) a integração no grupo dos grandes proprietários fundiários e dos grandes lavradores (elite latifundiária: os actores sociais que controlavam a terra pelos títulos de propriedade ou pela exploração). Para completar este arrolamento fica a faltar a lista dos fundadores de firmas/empresas, aferidos a partir dos actos de constituição. Em todo o caso, os indicadores aqui utilizados, sendo baseados em critérios de reconhecimento interno e externo do grupo, permitem a constituição de um painel de personagens cuja representatividade é sólida.

O painel objecto de análise neste artigo é constituído pela elite económica sediada em Évora, o principal centro urbano, o principal centro económico e a capital política simbólica do Alentejo. A informação biográfica compilada para este grupo estendeu-se à dos seus ascendentes (a geração da primeira metade do século XIX) e descendentes (a geração de finais do século XIX) imediatos. Nesta pesquisa, o método prosopográfico e a agenda de trabalho a que obedeceu (com vista a questões mais amplas do que aquelas que são formuladas neste artigo) implicaram o recurso a um amplo painel de fontes. De um modo geral, a investigação passou pelos registos paroquiais; pelos acervos administrativos, concelhios e distritais; pelos acervos fiscais (matrizes, arrolamentos, décimas, balanços patrimoniais para efeitos fiscais) e judiciais (inventários orfanológicos e de maiores; mas não foram consultados os processos de falência); pelo registo predial (a partir de 1867); pelo acervo notarial (actos de constituição de empresas e firmas); finalmente, por arquivos particulares (de entidades associativas, como o Círculo Eborense e de família, nomeadamente

das casas Eugénio de Almeida e de Domingos Fiúza); além disso, foi imprescindível a imprensa regional, que teve uma dimensão relevante na época e que forneceu elementos preciosos nas ópticas sociológica e económica.

Do perfil sociológico deste grupo destaca-se o seu estatuto de «aristocracia censitária» e de latifundistas (grandes proprietários fundiários) e o facto de constituírem uma elite pluralista pelas origens sociais (recrutada nos meios aristocráticos, de negócio e da lavoura) e pelas ocupações profissionais (grandes agricultores, negociantes, comerciantes, industriais, profissionais, funcionários públicos) em que se envolveram. Apesar da diversidade no recrutamento e nas carreiras profissionais, os seus membros apresentam um grau de educação formal que não os afastava nem dos seus congéneres europeus nem dos perfis que têm sido traçados para certos grupos empresariais portugueses da época⁵. Além disso, cedo construíram uma identidade comum, que passou pela convergência no estilo de vida, pela construção e partilha reservada de certos espaços sociais de distinção, pela edificação de fortes laços de parentesco e de dinastias familiares e, no plano da acção pública, pelo acesso à notabilidade, traduzido no claro domínio da vida política local e regional, constituindo ainda um alfobre para o recrutamento da elite política central. Assim, integraram a renovada elite social do liberalismo português⁶.

O texto centra-se na forma como este grupo conduziu os seus negócios privados e aborda dois tópicos: por um lado, as estratégias de investimento e as fontes financeiras que o suportaram; por outro lado, as formas de constituição e a condução das empresas, com particular ênfase para as empresas agrícolas.

O argumento é que a elite económica que emerge no Alentejo com o triunfo e as instituições liberais teve, ao lado de outros agentes nacionais e estrangeiros, um papel activo e modernizador da economia regional. De facto, entre estes actores da economia regional foi dominante uma conduta que se caracterizou por uma estratégia de investimento poliforme e aberto — ainda que a prazo não tenha sido contrariada uma forte tendência para a consolidação fundiária — e pelo exercício das funções empresariais com alguma modernidade — rasteada nas formas societárias das organizações empresariais, na afectação dos recursos e orientação das empresas agrícolas. Recorrendo à tipologia de Hansen, Schneider e Schneider⁷, aquele grupo poderá revelar uma conduta mais próxima das elites de «dependência» do

⁵ Cf., por exemplo, Alain Guillemin (1972, pp. 34-37), David Spring (1977, pp. 75-76 e 81), Adeline Daumard (1992, pp. 164-168), Hartmut Kaelble (1980, p. 407), Maria Filomena Mónica (1987, p. 847) e David Grigg (1982, p. 155).

⁶ Cf. Helder Adegar Fonseca (1996b e 1997).

⁷ Cf. Edward Hansen, Peter Schneider e Jane Schneider (1972, pp. 328-350). Sobre estas tipologias, v. ainda Oriol Pi-Sunyer (1974 e 1975). Um importante contributo na revisão desta questão: Robert Lumley e Jonathan Morris (eds.) (1997).

que das elites «desenvolvimentistas», mas ele está certamente longe de poder ser considerado como exemplo de uma elite tradicional.

II. OS INTERESSES PRIVADOS: A ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTOS E AS FONTES DE FINANCIAMENTO

A recente historiografia sobre a «burguesia» portuguesa oitocentista tem proporcionado uma revisão expressiva de algumas teses muito enraizadas sobre as limitações e deficiências da burguesia nacional no que respeita ao seu desempenho económico. Esta revisão tem sido extensiva aos donos de empresas integradas em diversos contextos agrários do país, incluindo o Alentejo⁸. Neste capítulo será apreciada a conduta geral da elite económica alentejana do ponto de vista dos seus interesses privados, com particular ênfase para a estratégia, a orientação geral, os investimentos e as soluções financeiras adoptadas para a sua concretização.

O quadro n.º 1 fornece indicações sobre a fortuna média e a composição da riqueza acumulada pelas casas da elite económica eborense entre 1840 e 1870, assim como dos seus imediatos ascendentes e sucessores, apurada a partir dos inventários para partilhas⁹.

O primeiro comentário à referida tabela é para realçar que no 2.º terço do século XIX os interesses da elite económica eborense, sendo maioritariamente imobiliários e agrícolas, estenderam-se também ao comércio e à indústria, ao negócio do dinheiro, aos títulos e papéis de crédito, além, naturalmente, da parte acumulada em reservas de valor e bens de consumo. A composição sugere uma poliformia no investimento, mas não esconde um crescente empenhamento na carteira fundiária. Uma opção em geral bem sucedida: a evolução da fortuna média confirma um acentuado enriquecimento geral do grupo (a fortuna média triplicou da geração de 1800-1840 para a de 1871-1900), ainda que também tenha aumentado a desigualdade entre as grandes fortunas regionais¹⁰.

⁸ Cf. Helder Adegar Fonseca e Jaime Reis (1987), Helder Adegar Fonseca (1984, 1992 e 1996a), Jorge Pedreira (1984, 1992 e 1996), Maria de Fátima Sequeira Dias (1993 e 1996) e Conceição Andrade Martins (1992 e 1996).

⁹ Sobre os procedimentos metodológicos na elaboração deste quadro, v. Helder Adegar Fonseca (1996a, pp. 227-230).

¹⁰ Sobre a evolução da fortuna média destas casas, v. quadro n.º 1, sendo os coeficientes de variação os seguintes: 1800-1840, 84,6%; 1841-1870, 120%; 1870-1900, 102,6%. O evidente aumento dos coeficientes de variação na riqueza acumulada, assim como os altos coeficientes apurados para as diversas rubricas que compõem o activo (Helder Adegar Fonseca, 1996, p. 231), mais do que questionarem a representatividade da amostra do universo social em análise, acentuam fundamentalmente a persistência de condutas variadas na formação (heranças e acréscimos geracionais) dos activos, afastando-as de interpretações unidireccionais.

Elite económica eborense: riqueza acumulada no século XIX*

[QUADRO N.º 1]

		Período		
		1800-1840	1841-1870	1871-1900
Idade média dos líderes		46,2	54,6	56,5
Fortuna média (milhões de réis)		23,8	44,1	69,1
Património		Percentagem		
Activo (percentagem da fortuna)	Imobiliário	39,0	71,9	80,1
	Casas e instituições	7,9	8,3	6,9
	Terras	29,2	55,5	68,2
	Foros e quinhões	1,9	8,1	4,9
	Agricultura	34,0	15,1	7,5
	Géneros	7,9	4,2	2,0
	Alfaías	1,1	0,6	0,3
	Gado	25,0	9,7	4,7
	Comércio	1,2	1,6	0,7
	Indústria	0,0	0,4	0,0
	Papéis de crédito	0,7	1,7	2,4
	Créditos diversos	11,0	1,7	0,9
	Títulos e acções	0,3	1,9	3,1
	Dinheiro	7,9	2,7	2,9
	Reservas de valor	2,8	1,6	1,0
	Bens de casa	3,1	1,5	1,5
Passivo (percentagem da fortuna)	Total	2,3	8,7	12,2
	Empréstimos e letras	1,6	6,7	8,4
	Dívidas diversas	0,7	2,0	3,8
Contas de herança (percentagem da fortuna)	Créditos	0,4	0,1	0,1
	Débitos	4,1	0,6	1,1
	Dotes	17,8	2,1	4,9

* Cálculos a partir da riqueza acumulada das casas da elite económica (1840-1870) e das dos seus ascendentes e descendentes directos durante o século XIX. O quadro não inclui os valores do coeficiente de variação, em geral, sempre elevados [cf. Helder A. Fonseca (1996, p. 231); v. comentários na nota deste artigo].

Metodologia: Cf. Helder Adegar Fonseca (1996, pp. 227-230).

Fontes: *Inventários de maiores, Inventários orfanológicos e Balanços fiscais* [v. Helder Adegar Fonseca (1996, p. 231)].

Em segundo lugar, na geração de referência (1841-1870) registaram-se mudanças importantes face aos seus ascendentes. Uma das mais expressivas foi, sem dúvida, o aumento acentuado da componente imobiliária, concretamente no que se refere à propriedade rústica. Nos bens móveis prevaleceu a importância do capital agrícola, mas verificou-se um maior interesse pelo comércio e indústria e pelas aplicações financeiras. Esta evolução persistiu no último quartel do século, com excepção das aplicações industriais. Sobreleve-se ainda o crescente agravamento do passivo, devido, em particular, ao substancial aumento das dívidas relacionadas com o mercado do dinheiro (empréstimos e letras).

O progressivo reforço da carteira imobiliária, em particular da carteira fundiária, foi geral e independente das origens e tradições económicas dos líderes e das casas: aristocratas, negociantes e lavradores apostaram indiscutivelmente no reforço e consolidação de um importante património fundiário (quadro n.º 2). O interesse por estes investimentos já se manifestara em períodos anteriores — aquando da venda de «bens da coroa», em finais do século XVIII, ou da venda dos bens nacionais (1834-1852), logo após o triunfo liberal —, mas foi particularmente intenso nos anos 1860-1870, com a completa liberalização do mercado da terra (abolição dos morgados), clarificação do direito de propriedade (novo código civil) e dos títulos fundiários (registo predial) e, em particular, com a segunda etapa da desamortização liberal, marcada pela despatrimonialização das instituições¹¹.

Esta conduta geral parece concordante não apenas com o que já se sabe sobre a evolução da economia alentejana da época, mas também com a estratégia de investimentos adoptada por importantes empresários e capitalistas lisboetas, que, depois de uma maior diversificação dos investimentos entre as décadas de 1840 e 1860, tenderam a consolidar grande parte dos activos nos sectores imobiliário e agrícola¹². Mais interessante ainda é a constatação de que outras personagens, oriundas da Catalunha ou da Inglaterra, com outras tradições e experiências económicas, instalando-se no Alentejo em meados do século XIX com objectivos claramente industrialistas, acabaram por evoluir, nas suas aplicações, de forma bastante similar ao da elite económica regional.

¹¹ Cf. Helder Adegar Fonseca (1996a, pp. 309 e segs.); v. também L. N. Espinha da Silveira (1988).

¹² Casas de capitalistas como José Maria Eugénio de Almeida (vida activa 1843-1872) e do visconde de Vilarinho de S. Romão José Maria dos Santos revelam uma evolução na composição dos activos similar [cf. Helder Adegar Fonseca e Jaime Reis (1987, pp. 882-883) e Maria Conceição Andrade Martins (1992); v. também Ana Cardoso de Matos *et al.* (1982, pp. 37 segs.)].

As casas Reynolds e Robinson são dois bons exemplos. Nas suas raízes britânicas estavam famílias de negócio e indústria do Condado de Devonshire, os primeiros, e de Halifax, os segundos. Thomaz William Reynolds ligou-se ainda em Inglaterra ao comércio de vinhos, fruta e cortiça e instalou-se no Porto em 1823. Os seus filhos, Thomaz (1811- ...) e Robert Hunter Reynolds (1820-1871), dedicaram-se, pelo menos desde o início dos anos 1840, ao negócio da exploração e comércio de cortiça no Alentejo e Andaluzia e em 1844 instalaram-se na primeira destas regiões, fundando uma fábrica de cortiça em Estremoz (1844-1845), outra na Azaruja (1845) e uma outra em Portalegre (1847-1848?). Esta última foi de imediato vendida (1849) a George Robinson Chadevick, acabado de chegar de Inglaterra, que, assim, iniciou uma trajectória de sucesso, tornando-se um dos mais importantes industriais de cortiça a operar em Portugal no século XIX. O primeiro dos irmãos Reynolds deixou Portugal em 1856, com destino à Nova Zelândia, vendendo todos os seus interesses ao irmão Robert. Casado desde 1852 com a catalã Maria da Graça Perez (1830-1869), Robert H. Reynolds, «negociante, estabelecido em Estremoz», liderou esta casa até 1871, ano em que faleceu, já no estado de viúvo e deixando 7 filhos menores. A partir de então, e por disposição dos testamenteiros, a gerência da casa foi entregue ao sobrinho Guilherme Reynolds (filho de Thomaz Reynolds), que, entretanto, contraiu matrimónio (1873) com Elisa del Pilar (1852-1919), filha primogénita de Robert Hunter Reynolds. O património e os interesses da casa permaneceram indivisos até 1890, ano em que, por virtude dos desentendimentos entre o gerente, os testamenteiros e os herdeiros, se concluiu o processo de execução do testamento, com inventário, avaliação e partilhas de todos os bens da casa¹³.

Apesar do seu empenho industrialista, nomeadamente no sector corticeiro, George Robinson e Robert Reynolds construíram uma expressiva carteira imobiliária no Alentejo e em Espanha. Este investimento foi essencialmente dirigido para a aquisição da grande propriedade fundiária («herdades», *dehesas*, *cortijos*, etc.), colocando-os entre os latifundistas da região.

Tal como no caso de G. Robinson, Thomaz e Robert Reynolds dirigiram os primeiros investimentos para a aquisição de terrenos e prédios urbanos (para habitação familiar e instalação das fábricas) e para o negócio da cortiça. Os Reynolds aumentaram o seu interesse pela aquisição imobiliária a partir de 1854 e entre aquela data e 1890 investiram nestas compras cerca de 132 contos, um capital essencialmente dirigido para bens fundiários (96%), em particular para unidades de grande dimensão (quadro n.ºs 3 e 4).

¹³ Cf. «Cópia do testamento de D. Robert H. Reynolds» (arquivo particular de Filipe Reynolds de Sousa) e ainda *O Jornal de Estremoz*, de 6 e 13-8-1887.

**A evolução da carteira imobiliária entre a elite económica eborense:
alguns exemplos dos meios aristocráticos, de negócio e da lavoura no século XIX**

[QUADRO N.º 2]

Casa	Parentesco	Estatuto ou profissão	Idade do líder	Ano	Activo (contos de réis)	Valores imobiliários (percentagem do activo)			
						Casas	Terras	Dir ¹	Total
I	Avós maternos — cônjuge masculino .	Desembargador	40	1817	22,9	9,0	59,5	16,7	77,1
	Avós paternos — cônjuge feminino . .	Fidalgo C. R.	65	1860	206,0	5,6	68,1	8,5	82,2
	Tia-avó (tutor) — cônjuge masculino .	Proprietário	70	1864	85,6	6,7	67,7	7,5	82,0 ²
	Tio materno — cônjuge masculino . . .	Proprietário	76	1883	62,1	2,7	84,1	5,0	91,8 ²
	Casal	Proprietário	36	1885	351,9	3,0	81,1	3,3	87,3
	Paí — cônjuge masculino	Proprietário	70	1891	97,2	11,4	46,2	4,6	62,2 ²
	Casal — viúvo	Proprietário	47	1896	319,9	4,4	64,8	3,7	72,9
II	Pais — cônjuge feminino	Proprietário	60	1849	45,6	8,4	34,2	0,5	43,0
	Mãe — cônjuge feminino	Proprietário	60	1866	40,7	10,9	46,9	5,6	63,4
	Casal	Negociante	68	1884	119,8	8,0	38,1	22,0	68,1
III	Pais — cônjuge masculino	Lavrador	36	1813	68,2	4,7	12,3	0,0	17,0
	Paí (viúvo) — cônjuge masculino . . .	Lavrador	56	1833	59,7	7,4	36,2	3,7	47,3
	Avós maternos — cônjuge masculino .	Lavrador	65	1829	46,6	4,4	23,2	4,7	32,3
	Casal	Lavrador	48	1859	53,4	6,7	52,8	2,5	62,0
	Casal (viúva)	Lavrador	67	1882	53,6	7,8	48,9	15,3	72,0
	Filho sucessor	Proprietário	62	1904	91,5	8,4	53,2	0,0	61,6
IV	Avós paternos — cônjuge masculino .	Lavrador	52	1809	36,9	1,8	27,5	0,0	29,3 ³
	Casal	Lavrador	64	1881	203,9	2,1	66,7	0,7	69,8 ⁴
	Filho sucessor	Lavrador	48	1915	349,4	33,9	46,6	0,0	80,5 ⁵

V	Avós paternos — cônjuge masculino .	Lavrador	46	1846	101,4	1,5	50,7	0,3	52,5
	Casal	Proprietário-lavrador .	54	1884	893,1	1,6	67,0	3,6	72,3
	Filho sucessor	Proprietário	62	1905	1 391,6	5,2	59,0	4,0	68,2
VI	Avós maternos	Lavrador	52	1809	36,9	1,8	27,5	0,0	29,3
	Avós paternos	Negociante	51	1822	22,0	17,4	37,6	0,4	55,7
	Pais	Lavrador	40	1835	9,8	4,1	40,6	0,0	44,7
	Casal (celibatário)	Lavrador	28	1856	29,9	1,5	33,7	0,0	35,2 ⁶
	Casal (celibatário)	Proprietário-lavrador .	56	1884	30,0	21,9	77,3	0,0	99,2

Nota.— Trata-se da carteira imobiliária das seguintes casas: J. P. Barahona C. Mira (I), Francisco Lopes (II), Cunha Vieira (III), José Rosado de Carvalho (IV), J. M.^a Ramalho Dinis Perdigão (V) e Domingos António Fiúza (VI) e dos seus ascendentes e descendentes directos.

¹ Direitos sem posse, isto é, os domínios directos (foreiros) e quinhoeiros sobre prédios rústicos e urbanos.

² A casa de José Paulo B. C. Mira (casal de referência) foi a principal ou mesmo única herdeira dos bens deixados por estes casais.

³ Estes bens coincidem com aqueles com que José Maria Ramalho Diniz Perdigão (casal de referência) iniciou a sua vida activa, já que, com 16 anos, foi o único herdeiro e assumiu de imediato a administração da casa.

⁴ Por incomunicabilidade total só foram arrolados e avaliados os bens do cônjuge masculino.

⁵ É uma aproximação obtida pela agregação dos bens dotais da viúva de José Maria Ramalho Diniz Perdigão, mais os bens comuns que ela e o segundo marido (Dr. Francisco Barahona) possuíam em 1905.

⁶ No inventário por óbito de Domingos António Fiúza (casal de referência) não foram declarados os bens de lavoura (recentemente vendidos) e outros bens móveis que ele possuía.

Fontes: ADE-NJ-IOCE: processos n.ºs 371 (1809), 490 (1813), 842-843 (1817), 881 (1829), 977 (1833), 980 (1835), 1293 (1846), 1350 (1849), 1587 (1859), 1599 (1860), 1693 (1864), 1770 (1866), 2148 (1881), 3112-1 (1885) e 3112-2 (1896); AFCE: processos n.ºs F1-723 (1884), F1-748 (1884), F1-790 (1881), F1-750 (1883), F2-708.1 (1882), F2-708.2 (1904), F2-731a (1905) e F2-1276 (1915); ACFIUZA: processos de inventários n.ºs 1822, 1856 e 1884.

**Investimento imobiliário das casas Reynolds e Robinson:
composição, 1854-1890**

[QUADRO N.º 3]

Tipos	Casa Reynolds (a)			Casa Robinson		
	Unidades	Valor (milhões de réis)	Porcentagem (valor)	Unidades	Valor (milhões de réis)	Porcentagem (valor)
Herdades ou <i>dehesas</i> (b)	24	116,763	88,4	(e) 2	113,148	63,9
Tapadas e «agregados de propriedades» (c)	—	—	—	4	28,60	16,1
Outros prédios rústicos	(d) 23	8,627	6,5	c. 30	25,2	14,2
Prédios, instalações e terrenos urbanos	9	6,627	5,1	(f) 11	10,26	5,8
<i>Total</i>	62	132,017	100,0	47	177,208	100,0

(a) Não foram incluídos os bens fundiários existentes em Espanha, alguns deles referidos em testamento por motivo de doação.

(b) Grandes propriedades fundiárias.

(c) Trata-se de conjuntos de prédios rústicos, na sua larga maioria, contíguos.

(d) 20 unidades constituídas por hortas, fazendas, quintas, uma pequena tapada, courelas e olivais.

(e) Aquisição da *dehesa* de Casillas (1674 ha) em 1877 por 600 000 pesetas e de metade da *dehesa* de Chaves (597 ha) em 1881 por 25 000 pesetas, ambas próximas de S. Vicente de Alcântara. A conversão dos valores para réis: 1 libra = 4500 réis = 25 pesetas (cf. *Avaliação dos bens móveis da casa Reynolds em 1890*).

(f) Inclui a aquisição, em 1867, do Convento de S. Francisco, em Portalegre, onde instalara as «oficinas de fazer rolhas» (2041\$000 réis), e em 1888, em S. Vicente de Alcântara, de «um edifício destinado à fábrica de cortiça» (22 500 pesetas = 4 050 000 réis).

**Investimento imobiliário das casas Reynolds e Robinson:
evolução, 1854-1890 (percentagem do total investido)**

[QUADRO N.º 4]

Tipos	Casa Reynolds			Casa Robinson		
	Urbano	Rústico	Total	Urbano	Rústico	Total
1854-1859	4,2	1,2	5,4	0,2	0,3	0,5
1860-1869	0,2	28,7	28,9	1,3	—	1,3
1870-1879	0,6	56,4	57,0	—	85,6	85,6
1880-1890	0,1	8,6	8,7	4,3	8,3	12,6
<i>Total</i>	5,1	94,9	100,0	5,8	94,2	100,0

Fontes: V. quadro anterior.

508 A este enorme investimento no sector fundiário podem acrescentar-se as verbas aplicadas no arrendamento e sublocações de prédios rústicos (em particular herdades com montado) e nos contratos de compra de cortiça nos

montados, actos contratuais, alguns deles considerados leoninos, cuja duração oscilou entre 6 e 30 anos. Nestas acções os Reynolds despenderam, entre 1854 e 1890, 463 contos de réis, ou seja, um encargo médio de 12,5 contos/ano. Ainda que numa quantia bastante inferior, a casa interessou-se também por actividades creditícias: de 1861 a 1888, pelo menos no mercado regional, estas operações atingiram a quantia de 22 contos de réis¹⁴.

No final do século os Reynolds, com uma fortuna superior a 230 contos, continuavam a ser importantes industriais corticeiros, mas tinham mais de 55% do seu património representado pela propriedade fundiária e cerca de 40% aplicado na actividade agrícola (havendo aqui, através da cortiça, ligações óbvias aos interesses industriais) (quadro n.º 5). Do mesmo modo, o «negociante e industrial» George Robinson, além de ver reconhecidos os seus méritos industriais, era destacado como «um dos mais opulentos proprietários de prédios rústicos» em Portalegre¹⁵. Estas trajectórias, bastante próximas das que detectamos para a elite económica eborense, mostram que os percursos de sucesso no Portugal oitocentista tinham ou cedo criaram fortes raízes fundiárias.

A poliformia do investimento detectado na elite económica alentejana da segunda metade do século XIX concretizou-se pela sua participação em diversos tipos de negócios. Na década de 1840 ela caracterizou-se essencialmente pela combinação de uma carteira imobiliária com aplicações agrícolas e actividades comerciais formais (através de estabelecimentos comerciais¹⁶) e informais (negócios de arrendamentos, de géneros e dinheiro), através de acções individuais ou societárias, em que participaram fundamentalmente negociantes e lavradores; alguns deles tinham também algumas aplicações financeiras, em particular como subscritores de títulos de dívida pública. Mas a partir dos anos 1850 estes interesses generalizaram-se e diferenciaram-se ainda mais. Negociantes, lavradores e aristocratas

¹⁴ Estimativa a partir de dados colectados por Isabel Gomes, José Painha e Manuel Dias (1995, anexos).

¹⁵ Cf. *Inquérito industrial de 1881 — inquérito indirecto — 3.ª parte*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1882, pp. 45-51.

¹⁶ A loja de comércio era um estabelecimento presente na vida activa destes negociantes. Através dela derramavam no mercado local muitos e variados tipos de bens de consumo de produção regional, nacional e estrangeira, nomeadamente têxteis (tecidos e roupas confeccionadas), sapatos, acessórios domésticos, alimentos exóticos (café, chá, açúcar, arroz, bacalhau, etc.), sal, artigos de papelaria e retrosaria e mesmo algumas alfaia e ferramentas agrícolas. Alguns especializaram-se na «mercearia e confeitaria», outros em materiais de construção, nomeadamente pedras de mármore e ferro. Também o negócio do dinheiro era uma operação indispensável no trato comercial. E esta característica permaneceu ao longo de todo o século [cf. ADE-Núcleo Judicial: *Inventários orfanológicos da comarca de Évora*: processos n.ºs 906, 1063, 1624, 1637, 1646, 1773, 2605 e 2626; arquivo das Finanças do Concelho de Évora: *Declarações de inventário (balanços)*: processo n.º 748].

**Composição do património da casa Reynolds
no Alentejo em 1890 (estimativa)**

[QUADRO N.º 5]

Artigos	Valor (a)	Percentagem
Prédios urbanos (b).	6,63	2,8
Prédios rústicos (b).	132,10	56,9
Alfaias agrícolas e equipamento dos lagares (c).	2,96	1,2
Gado (c).	16,69	7,1
Géneros agrícolas (c).	5,50	2,5
Cortiça existente nas herdades arrendadas (f).	64,42	27,8
Fábrica de cortiça: equipamento e stock (g).	1,29	0,6
Mobiliário da casa, roupas, ouro e prata (d).	1,69	0,8
Cocheira da casa (e).	0,76	0,3
<i>Total</i>	232,04	100,0

(a) Em milhões de réis.

(b) Valores ao preço de aquisição.

(c) Avaliação em 1890.

(d) Avaliação em 1890: valores agregados no inventário.

(e) Avaliação em 1890 de uma traquitana *Carlota J*, um *Char-à-Bancs* usado, um *Dog-Cast*, um carro e uma caleche.

(f) Segundo a «avaliação feita pelos peritos da cortiça existente nas herdades arrendadas pela casa reynolds a partir de 1890», existiam, nos 51 arrendamentos, 376 915 arrobas de cortiça a colher entre 1890-1908, cujo valor podemos estimar em 301 532\$000 réis (segundo os peritos, «cada 15 kg custavam 800 réis»), havendo por pagar rendas no montante de 43 928\$360 réis. Considerando que a duração média dos ditos arrendamentos, a partir de 1890, era de quatro anos, contabilizei como valor patrimonial para 1890 a quarta parte do valor líquido da cortiça.

(g) Fábricas de cortiça de Estremoz e Azaruja: valor do equipamento; valor do *stock*: 850.

Fontes: *Cópia do inventário dos bens móveis do casal indiviso do falecido Roberto Hunter Reynolds e sua esposa no acto de partilhas, em 1 de Junho de 1890 e Avaliação feita pelos peritos da cortiça existente nas herdades arrendadas pela casa (1890)* (arquivo particular de Filipe Reynolds de Sousa).

não só participaram em sociedades industriais localizadas noutras áreas do país (Lisboa, Porto, Covilhã, etc.), como promoveram aplicações industriais na região. Aqui investiram em unidades para fabrico de materiais de construção e drenagem, transformação de produtos agrícolas (moagem, descasque de arroz, fabrico de azeite, curtumes, etc.), assim como no sector corticeiro. Algumas destas empresas assumiram a forma de «estabelecimentos complexos» dedicados a várias linhas de produção para rentabilizar investimentos técnicos por vezes avultados¹⁷. Além disso, constituíram-se ou participaram em sociedades de capitais regionais ou nacionais para a explo-

ração dos recursos mineiros, tendo, assim, participado na febre mineira que atravessou o país e marcou profundamente a região nas décadas de 1860 e 1870. Colocaram fundos em companhias francesas e espanholas. No final do século interessaram-se, no mercado regional, pela edificação e electrificação urbanas, criando companhias e sociedades destinadas a explorar as novas oportunidades de negócio ligadas ao aumento da população e às novas infra-estruturas urbanas¹⁸.

O que este quadro sugere é a existência, na época, de uma grande fluidez de dinheiro em busca tanto de investimentos, cuja demografia acabou por ser de curta duração, como de aplicações consolidadas, como as do sector imobiliário e, em particular, dos bens fundiários. Por outro lado, mostra que, em matéria de investimento, este grupo não se distinguiu dos seus congéneres europeus: por exemplo, na análise comparativa que David Spring faz sobre o empenho das *European landed elites* do século XIX nos designados *non-agricultural business*, o autor acentua a participação destes grupos numa *wide variety of enterprise*, tais como minas, edificação urbana, metalurgia, caminhos de ferro, banca, etc.¹⁹.

As necessidades financeiras para participar nesta diversidade de negócios ultrapassou largamente as forças do autofinanciamento, pelo que se assistiu ao crescente recurso a crédito angariado no exterior das redes familiares e locais. De facto, na primeira metade do século XIX o endividamento concretizava-se mais no quadro das relações de família, pelo arrastamento de contas de herança, do que pelo recurso a capital contratado no mercado (quadros n.ºs 1 e 6). Quando era este o caso, a opção dominante na concretização destas operações era a mutuação ou empréstimo com garantia de bens (imóveis e móveis) junto da tradicional oferta institucional (conventos, misericórdias, celeiros comuns, irmandades e Casa Pia) ou particular (negociantes, grandes lavradores, aristocratas), ambas predominantemente locais²⁰.

Na segunda metade do século XIX ocorreram alterações muito expressivas neste mercado. O clima favorável (pacificação civil e política, novas oportunidades de negócio) e o interesse mais acentuado pelo investimento tornaram insuficiente a oferta tradicional de crédito. No Alentejo o «negócio do dinheiro» prosperou e o endividamento das casas da elite económica aumentou significativamente em extensão (mais casas) e intensidade (maior peso dos débitos) (quadros n.ºs 1 e 6).

¹⁸ Cf. Helder Adegar Fonseca (1996a, 232-251 e 294-305).

¹⁹ Cf. David Spring (1977, pp. 12-13).

²⁰ Estas características do mercado creditício já foram analisadas com mais pormenor [cf. Helder Adegar Fonseca (1996a, pp. 252 e segs.)]. Sobre o mesmo tema na mesma região e contexto, v. ainda Maria Manuela Rocha (1994).

Os grandes negociantes locais mantiveram-se interessados neste mercado e todos eles nele fizeram operações predominantemente activas, ou seja, como emprestadores. Do mesmo modo agiram cerca da sétima parte dos grandes proprietários e lavradores, mas foi entre estes que o endividamento alastrou e o peso da dívida aumentou expressivamente. Deve ainda notar-se que em muitas destas casas se manteve em aberto o crédito de herança: a retenção de tornas, os adiantamentos e os empréstimos à conta das legítimas continuaram a ser uma das vias para, de um modo directo ou indirecto, satisfazer uma parte das necessidades financeiras²¹.

**Elite económica eborense:
actividade creditícia (1800-1900)**

[QUADRO N.º 6]

Operações	Tipos	1800-1840	1841-1870	1871-1900
Activas	Empréstimos (a)	91,0	46,0	18,0
	Depósitos a prazo	—	0,0	19,0
	Letras	9,0	54,0	63,0
	<i>Total</i>	100,0	100,0	100,0
Passivas	Empréstimos (a)	82,0	43,0	27,0
	Penhores (b)	0,0	20,0	0,2
	C. c. corrente	0,0	0,0	24,5
	Letras	18,0	37,0	88,3
	<i>Total</i>	100,0	100,0	100,0
Quota de casas credoras		18,0	30,0	21,0
Quota de casas devedoras		29,4	35,0	34,8
Quota de casas credoras e devedoras		6,0	10,0	10,6

Fontes e metodologia: As mesmas do quadro n.º 1.

A «fome» de dinheiro revelada neste período pela elite económica alentejana é um dado seguro e fundamental. Progressivamente limitados os meios de financiamento obtidos através das instituições locais — as grandes prestamistas do passado estavam agora extintas, decadentes ou fragilizadas —,

²¹ Dos negociantes inventariados a partir de 1860, 77% eram emprestadores e 23% eram, simultaneamente, prestamistas e devedores de dinheiro. Entre todos os proprietários e lavradores maiores contribuintes não ligados aos meios do negócio no período de 1841 a 1870, 10% eram prestamistas, 26% eram devedores e 6,5% emprestavam e contratavam dinheiro. No período seguinte (1871-1900) a quota respectiva de cada um daqueles grupos foi de 7%, 35% e 7%; por outro lado, no mesmo universo, entre 1841 e 1870, 17,5% tinham créditos, 12,2% tinham dívidas e 5,3% tinham créditos e dívidas de herança; para o período de 1871-1900, estas quotas foram, respectivamente, de 8%, 27% e 3% [cf. Helder Adegar Fonseca (1996, pp. 252-262)].

a procura no mercado particular intensificou-se e abriu caminho a uma presença bastante mais significativa de prestamistas exteriores à região, em particular dos capitalistas lisboetas, que viram no Alentejo uma boa oportunidade para estes e outros negócios. Foi neste contexto que a ideia dos bancos regionais ganhou terreno e a elite eborense acabou por concretizá-la.

Nos anos 1860 nem a novel Companhia Geral do Crédito Predial Português (1864) pareceu responder aos interesses da elite económica alentejana nem as misericórdias locais foram capazes de criar os «bancos de crédito agrícola e industrial» que a legislação de 1866 e 1867 veio favorecer. No início da década seguinte constituiu-se a Caixa de Crédito Eborense (1873), que em 1875 passou a Banco Eborense, ano em que foi também criado o Banco do Alentejo: o primeiro formou-se com uma carteira de accionistas exclusivamente regional, o segundo com base em capitais regionais e do Norte do país²².

A criação dos dois bancos teve importantes repercussões no mercado local de capitais: foram, ao lado de algumas companhias mineiras, as primeiras iniciativas empresariais regionais constituídas com base nas sociedades anónimas de responsabilidade limitada; colocaram-se entre os principais fornecedores de crédito bancário na região; através dos depósitos a prazo, atraíram uma parte crescente da poupança local²³.

A expansão dos negócios no Alentejo a partir de meados do século XIX, combinada com os problemas de financiamento, estimulou ainda a criação de sociedades comerciais em nome colectivo, solidárias ou em comandita com base em capitais não familiares e, mais tarde, a partir de finais dos anos 1860, das comanditas por acções e das sociedades anónimas, de que os bancos regionais, acima referidos, foram exemplos pioneiros à escala regional. É claro que entre os meios de negócios alentejanos já encontramos na primeira metade de Oitocentos modalidades societárias em nome colectivo informais ou com escritura pública, envolvendo elementos da mesma família, em particular um titular e o seu sucessor (relação pai-filho ou tio-sobrinho), assim como encontramos nos meios da lavoura a prática da «casa comum» (casas com património efectivamente indiviso) ou de sociedades agrícolas, com firma comercial, entre herdeiros comuns da mesma casa. Estas modalidades societárias continuaram a proliferar no Alentejo, como noutras economias europeias, na segunda metade do século XIX²⁴, mas tanto

²² Sobre o crédito agrícola, a CGCPP e as suas operações activas, v. Alexandre de Sousa e Figueiredo (1871, p. 39), Luís de Castro (1911, p. 12) e A. H. Oliveira Marques (1989). Sobre esta matéria e a criação dos bancos regionais, v. Helder Adegar Fonseca (1996a, pp. 252-262).

²³ Cf. Helder Adegar Fonseca (1996a, pp. 281-294 e 302-303).

²⁴ Cf. Patrick Verley (1994, pp. 103-105).

com fins comerciais e industriais como agrícolas foram também constituídas numerosas sociedades comerciais cujos intervenientes (sócios e directores) e capitais eram recrutados em diversas famílias da região ou associavam capitais regionais, nacionais e estrangeiros. As companhias mineiras, corticeiras e moageiras criadas a partir dos anos 1860 são exemplos desta associação de interesses não familiares e das comanditas por acções, que, com as sociedades anónimas, representam um elemento novo para a economia e a organização empresarial regional²⁵.

III. A AGRICULTURA LATIFUNDIÁRIA: FORMAÇÃO E CONDUÇÃO DAS EMPRESAS AGRÍCOLAS

As primeiras quatro décadas que se seguiram ao triunfo liberal trouxeram uma grande actividade ao mercado fundiário alentejano. Este facto não acarretou uma alteração nos aspectos básicos da estrutura fundiária regional e a dominância da grande propriedade permaneceu como a imagem de marca da região. No entanto, conduziu a mudanças expressivas na titularidade da terra e, em particular, possibilitou reajustamentos significativos nos patrimónios familiares locais. Neste mercado e nestas mudanças as novas elites moldadas pelo liberalismo tiveram um papel fundamental.

Apesar da diversidade dos interesses e negócios em que esteve envolvida, é indiscutível a primazia que a elite económica eborense conferiu ao sector imobiliário. No último quartel do século XIX, independentemente da sua origem social e tradição económica, estas casas tinham, em geral, dois terços do activo representados por valores em imóveis (quadros n.ºs 1 e 2), decorrentes da posse de títulos de propriedade diversificados que incidiam sobre prédios urbanos e rústicos, um processo de acumulação que a partir de meados de Oitocentos ganhou um grande impulso com as estratégias de casamento dentro do grupo e as transmissões daí decorrentes, com um mercado particular de compra e venda ampliado e com as vendas directa ou indirectamente estimuladas pelo Estado liberal.

O incremento da carteira imobiliária resultou da acumulação e da valorização dos bens fundiários. De facto, aquele grupo investiu generalizadamente na aquisição da terra, procurando ao mesmo tempo reunir a totalidade dos direitos de propriedade, libertando, assim, progressivamente o seu património de titularidades imperfeitas ou limitadas ligadas à enfiteuse e às práticas de quinhão²⁶.

²⁵ Exemplos destas modalidades societárias: ADE-Notários: livros n.ºs 1565 (fls. 89-90 v.º), 1567 (fls. 28 v.º-30), 1568 (fls. 20-20 v.º e 25 v.º), 1569 (fs. 2-2 v.º)); v. também Helder Adegar Fonseca (1996a, pp. 232-251).

²⁶ Além dos quadros n.ºs 1 e 2, v. Helder Adegar Fonseca (1996a, pp. 306-307).

Esta evolução, particularmente expressiva nas casas originárias dos meios da lavoura e negócio²⁷, parece justificar a crítica que, em pleno pico da crise agrária do final do século XIX (1884-1887), Oliveira Martins dirigiu aos grandes proprietários e lavradores alentejanos, denunciando-lhes a «avidez de se alargar, empregando na aquisição de terras, recursos que, na quasi universalidade dos casos, seriam melhor aplicados ao fomento e beneficiação das propriedades possuídas do que à aquisição de novas superfícies». Na opinião do deputado, este «vício, inerente à própria condição de proprietário, especialmente nos países de tradições latifundiárias e morgadias», era o responsável pelo «movimento de concentração progressiva» verificado no Alentejo, depois de criado «o regime franco da concorrência e do capitalismo»²⁸.

A formulação desta crítica tem um duplo interesse historiográfico. Por um lado, ela refere dois dos três tópicos que marcaram as tentativas de tipificação do comportamento económico da «burguesia agrária» ou «latifundiária» alentejana nos últimos cento e cinquenta anos: acumulação desmesurada e opções erradas na gestão dos bens fundiários, aos quais se acrescentou a tara esbanjadora dos rendimentos obtidos. Por outro lado, sinaliza o momento histórico a partir do qual se desencadeou em Portugal uma polémica contumaz na apreciação daquele comportamento.

Esta polémica pode ser revisitada com um guião organizado em torno de três tópicos: o «vício» da acumulação fundiária e do absentismo; a organização das explorações agrícolas; a «rotina» na exploração.

1. ACUMULAÇÃO E ABSENTISMO: DOIS EQUÍVOCOS?

A ideia de uma acumulação fundiária exclusivamente dominada pela obsessão de possuir (muita) terra parece não ter fundamento. De facto, a reconstituição dos processos de formação e consolidação do património fundiário da elite económica eborense durante o século XIX revela, como regra, a organização da carteira marcada por três atitudes fundamentais²⁹:

- a) Aquisições fundiárias com vista à criação ou ampliação de grandes explorações agrícolas territorialmente contíguas assentes em bens patrimoniais. No caso da ampliação das explorações agrícolas herda-

²⁷ V. alguns exemplos em Helder Adegar Fonseca (1992, p. 821).

²⁸ Cf. Projecto de lei sobre o fomento rural, lido na Câmara dos Deputados em 27-4-1887, in Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação (ed.), 1987, pp. 75 e 104.

²⁹ Vários exemplos que ilustram estas condutas estão descritos em Helder Adegar Fonseca (1996a, pp. 335-368).

- das, a aquisição foi dirigida preferencialmente para os prédios contíguos já integrados na exploração com base no arrendamento;
- b) Reunião de todos os títulos de propriedade referentes a estes prédios, através da compra dos quinhões dispersos e da remissão dos foros e pensões;
 - c) Alienação de uma parte expressiva do património fundiário disperso, em particular de todo aquele que se situava fora dos municípios de Évora e limítrofes.

Esta conduta não confirma nem o carácter aleatório das aquisições nem uma opção tenaz pela preservação indiscriminada do património herdado. Mais do que um «vício», a acumulação parece ter obedecido a uma estratégia de concentração para efeitos de uma gestão mais eficaz, quer no quadro da exploração directa, quer do arrendamento. Além disso, é útil notar que durante o século XIX, em grande parte do mundo rural europeu foi muito mais forte a tendência para a concentração fundiária do que para a «democracia rural» expressa pela maior repartição da terra: isto foi assim na Europa mediterrânica, na generalidade dos países da «periferia» europeia, mas também entre os bastiões do «desenvolvimento», como no caso da França, da Alemanha e da Inglaterra³⁰.

A outra mecha geralmente colada ao estereótipo dos latifundistas é a do absentismo, expresso pelo total desinteresse pela exploração directa da terra possuída, pela vocação rentista e pelo ausentismo. A primeira destas atitudes foi detectada num número reduzido de exemplos: apenas em 14% dos casos foi comprovada a ausência de exploração directa de uma parte do património fundiário (quadro n.º 6). Tratava-se, fundamentalmente, de algumas casas com tradição aristocrática, embora com esta origem existissem também casas detentoras de grandes lavouras. Esta forma de absentismo não era regra. De facto, nos meios da elite económica eborense, no seu conjunto e nas casas de origem aristocrática que a integravam, o desinteresse pela exploração directa das terras estava longe de ser uma atitude vulgar. No entanto, mesmo assim, a administração da exploração através de «um intermediário (feitor, gerente, etc.) entre o cultivador das terras e o proprietário ausente»³¹ pode ser qualificada como uma forma de absentismo oculto.

³⁰ Cf. Ivan T. Berend e György Ránki (1982, pp. 34-43), Alan S. Milward (1977, pp. 234-236), David Spring (ed.) (1977), Josep Fontana (1985, p. 226), António Miguel Bernal (1979, p. 101 e 1985c, pp. 344-346), Yves Lequin (1983, p. 35), Palmela M. Pilbeam (1990, pp. 58-66), Pierre Leon (1982, pp. 400-405), Luís Nuno Espinha da Silveira (1988, pp. 142-155), Helder Adegar Fonseca (1996a, pp. 344-348), David Grigg (1982, p. 206), W. D. Rubinstein (1977, pp. 193-226), Lawrence e Jeanne Stonne (1984, pp. 282-289) e Gordon E. Mingay (ed.) (1981, I).

³¹ Cf. José Pedro Machado (coord.) (1981).

Em geral, os grandes proprietários e lavradores alentejanos não estavam quotidianamente presentes nas lavouras. Os seus interesses, acção pública e estilo de vida implicavam, como regra, a localização da habitação principal na cidade (Évora, no caso em análise) ou nos seus subúrbios, embora dispondo de uma segunda habitação integrada no «monte» da herdade-centro de exploração. A preferência por este padrão de residência tinha a ver tanto com exigências sociais como com a necessidade de estarem presentes no mais importante centro local de negócios, de informação e de decisão. Este facto, também relacionado com a conquista social da cidade aristocrática e eclesiástica pela elite liberal, por si só, não pode ser interpretado como sinal de abandono ou falta de empenho na gestão dos assuntos agrícolas³².

O dado fundamental, em que já se tem insistido, é o de que a canalização do património fundiário para o mercado do arrendamento foi um negócio remunerador. E isto é visível no Alentejo da segunda metade do século XIX, como o mostram tanto a rentabilidade comparada com outras classes de investimento (1850-1872) como o índice monetário das rendas (1863-1915) das propriedades que a casa Eugénio de Almeida possuía na região³³. É, por isso, compreensível que muitos prédios rústicos tenham sido comprados com esse fim e que as casas que acumularam, através de heranças, grandes patrimónios imobiliários tenham destinado ao mesmo mercado muitos destes bens, em particular as propriedades mais distantes e aquelas sobre as quais existiam vários titulares de direitos fundiários (quinhões, entre os quais se repartia o rendimento do prédio)³⁴.

A declaração feita pela viúva de Joaquim António de Sousa Matos, um dos mais importantes negociantes de Évora dos anos 1830 e um dos maiores compradores de bens nacionais no distrito, aquando do inventário da casa (1841), ainda que datada em alguns aspectos, ilustra aquilo que é fundamental perceber quanto ao modo como estas casas geriam o seu património e participavam no mercado do arrendamento fundiário³⁵: «Nas herdades da Chaminé e Outeiro há pouco mais ou menos semeado da lavoura do casal 8 moios de trigo, 3 moios de cevada, 30 alqueires de tremez e 1½ alqueires de centeio, sendo ao todo a semente das diferentes espécies 13 moios. Na herdade da Laje há semeado de trigo 1½ moios, 1½ moios de cevada, 30 alqueires de tremez e 2 moios de centeio. Total de sementeira: 5 moios e meio. Há a receber quartas [quinhoeiras] das herdades seguintes: Cortiçadas [Évora], Torre [Évora],

³² Cf. Helder Adegar Fonseca (1988, pp. 76-77, 1996a, pp. 201-220 e 368-374, e 1996b); v. também François Heran (1980, p. 165).

³³ Cf. Helder Adegar Fonseca e Jaime Reis (1987b, pp. 887-888) e Jaime Reis (1980, pp. 127-129).

³⁴ V., por exemplo, Helder Adegar Fonseca (1987a, p. 81).

³⁵ ADE-NJ-IOCE: processo n.º 1191 (1841).

Carrascal e Pé da Serra [Vimieiro], Pedrão [Redondo], Monte do Alcaide [Vimieiro], Outeiro, Ribeiro e Quinta de D. Pedro [Évora]. Há a receber rendas de pam d'algumas herdades da casa que andam arrendadas, assim como há a receber rendas de pam pertencentes a morgados que o casal traz arrendadas. Da mesma forma o Casal tem a pagar rendas de pam de herdades que traz de renda, assim como a pagar os quinhões de pam impostos em herdades da casa.» Dar à renda, ter de renda e fazer agricultura, eis, em síntese, o que caracterizou a elite económica eborense em matéria de gestão fundiária, não sendo por isso regra, como acontecia noutras regiões e países da Europa, a separação entre o grande proprietário e o grande rendeiro-agricultor³⁶.

2. A ORGANIZAÇÃO DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS: COMPOSIÇÃO E FORMAS SOCIETÁRIAS

No Alentejo, ao longo do século XIX, permaneceu uma relação muito estreita entre a organização das grandes explorações, as aquisições e os arrendamentos fundiários, sendo notória a tendência para cada uma das casas arrendar e/ou comprar as propriedades (herdades) contíguas àquelas que já tinha em exploração. O exemplo dos membros da elite económica eborense ilustra bem esta conexão. Eles eram os mais importantes proprietários fundiários, mas eram também os principais rendeiros da terra, controlando por esta via, em 1870, cerca de 50 % da área das herdades arrendadas no concelho de Évora³⁷. Deste modo, o arrendamento continuou a ser tanto uma das formas de rentabilizar o capital fundiário como um instrumento fundamental dos latifundistas para a organização das suas explorações agrícolas.

A tomada de herdades de renda, combinada com terras patrimoniais, foi uma solução largamente adoptada na organização da grande exploração agrária, uma prática que tinha já tradições. Ela não foi completamente abalada quando o «direito de colonia» — uma «lei especial», um privilégio do tempo do marquês de Pombal (leis 1764, 1770 e 1774), que protegeu de forma séria e exclusiva os lavradores rendeiros de herdades no Alentejo, muitos deles grandes proprietários locais — foi abolido com a entrada em vigor do Código Civil de 1867 e o mercado de arrendamento foi completamente liberalizado, factos que levaram a uma forte valorização predial e ao aumento expressivo da renda fundiária, considerando-se nos meios capitalistas que durante muito tempo as herdades tinham sido arrendadas «por um preço muito inferior ao seu justo valor»³⁸.

³⁶ Cf. David Spring (1977, pp. 12-13).

³⁷ Cf. Helder Adegar Fonseca (1996a, p. 198).

³⁸ Cf., por exemplo, ACEA: *Copiador de cartas*: cartas n.ºs 544 (1850), 2102 (1857) e 3856 (1865). Para mais pormenores, v. Helder Adegar Fonseca (1996a, pp. 377-379).

Em todo o caso, com o aumento progressivo das rendas na segunda metade do século XIX, não surpreende que nos meios locais não só tenha crescido a ambição de comprar as herdades que compunham ou eram necessárias para a exploração agrícola, de modo a libertá-las do encargo e contingências do arrendamento, como também se tenham acentuado as críticas às condições contratuais que os novos donos reclamavam. Mas, se os reparos vinham das casas da elite económica local, que continuaram a ser as principais rendeiiras, não podem deixar de merecer algumas reservas, pois é seguro que o arrendamento foi uma das formas que utilizaram tanto para constituir as suas lavouras como para rentabilizar a parte do património fundiário que não exploravam directamente.

Mas na organização da exploração agrícola latifundiária, além desta composição entre as terras patrimoniais e as terras arrendadas, é preciso ainda atender aos factores relacionados com a reunião ou preservação dos capitais e meios de exploração.

Cerca de metade das casas da elite económica eborense tinham explorações agrícolas organizadas com base em soluções societárias (quadro n.º 7), informais ou formais, quase sempre envolvendo familiares de 1.º grau.

**Elite económica eborense: gestão e
exploração da terra (1841-1870) (em percentagem)**

[QUADRO N.º 7]

Indicadores	Casas
1. Da gestão fundiária:	
1.1. Exploração por conta da casa	86,1
1.2. Arrendamento de terras	86,1
1.2.1. Arrendamento geral	8,3
1.2.2. Arrendamento a longo prazo	5,5
1.3. Cobrança de foros e quinhões	44,4
2. Da exploração da terra:	
2.1. Em terras da casa	83,3
2.2. Em terras da família	25,0
2.3. Em terras arrendadas	67,0
2.4. Só em terras arrendadas	2,8
3. Da organização das lavouras:	
3.1. Lavoura da casa	50,0
3.2. Lavoura em «casa comum»	36,1
3.3. Sociedades agrícolas formais	16,7
3.3.1. Entre familiares	5,5
3.3.2. Outras	11,1

Fontes: As mesmas do quadro n.º 1.

Algumas destas sociedades ou «uniões» familiares estavam directamente relacionadas com as situações de *colônia*. Os herdeiros da casa mantinham

durante décadas uma sociedade agrícola, regulada pelo reconhecimento da situação de «casa comum» ou por «escrito particular». A partir da década de 1840, algumas destas converteram estas situações ao registo e firma comercial, assente numa ou diversas herdades, com o objectivo de «manter e conservar o estabelecimento agrícola que os diversos sócios houveram de seu falecido pai, evitando por esta forma o gravíssimo prejuízo que sofreriam os interessados se porventura se procedesse à venda dos gados e dos utensílios e trem de lavoura» (1851). As sociedades agrícolas da «Herdade da Sousa», da «Herdade da Loba» e a «Firma Perdigão e Irmãos» são alguns exemplos societários com vínculo ao direito familiar de suceder nos arrendamentos³⁹.

Estas sociedades agrícolas familiares permitiam contornar, temporária ou duradouramente, o efeito desestruturador que o sistema de devolução igualitário podia provocar sobre a economia familiar, mantendo reunidos os bens de capital fundamentais à prossecução da actividade agrícola, que, na maior parte dos casos, era a principal «força da casa», para usar uma expressão corrente na época. Elas constituíram também um dos alicerces organizativos da grande exploração alentejana e, como tal, perduraram, pelo menos, até finais do século XIX.

Mas ao lado destas desenvolveram-se outras formas de sociedade agrícola com objectivos puramente produtivos e comerciais, envolvendo personagens sem laços de parentesco. Estas «sociedades e companhias com firma, em um estabelecimento de lavoura» reuniam tanto os interesses de um sócio capitalista (proprietário da grande exploração) e de um «gerente» como os de um grupo de sócios que tomavam conta da exploração, ou seja, podiam ser tanto sociedades em nome colectivo como a Sociedade Agrícola da Cartuxa, como em comandita, tendo sido, provavelmente, esta última modalidade a que mais se vulgarizou⁴⁰.

3. A ORIENTAÇÃO DA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA

O conhecimento que hoje temos sobre a organização e evolução de algumas das grandes explorações alentejanas no século passado — como, por exemplo, as das casas Parreira Cortez (1832-1889), F. S. Margiochi (1874-1915), Eugénio de Almeida (1874-1915) e Ramalho Dinis Perdigão (1846-1910)⁴¹ — coloca também algumas reservas à tradicional imagem do «la-

³⁹ Cf. ADE-Notários: livro n.º 1569, fls. 81 v.º 83, e Helder Adegar Fonseca (1996a, pp. 383-385).

⁴⁰ Cf., por exemplo, ADE-Notários: livro n.º 1565; Helder Adegar Fonseca (1996a, pp. 385-388).

⁴¹ Cf. Helder Adegar Fonseca (1996a, pp. 349-368 e 388 e segs.), M. Feio (1985 e 1988), A. C. Matos (e outros) (1982) e M. E. O. Fernandes (1889).

tifúndio alentejano» como empresa agrícola orientada de forma deficiente e rotineira, ou seja, baseada no baixo investimento, na preservação de um sistema cultural arcaico e na parca modernização do aparato técnico utilizado⁴².

Entre muitos outros exemplos, vou tomar como referência o percurso da grande exploração da casa dos Cunha Vieira (Évora) em três gerações. Em 1813, os prédios não foram descritos em pormenor, mas registou-se o suficiente para se ficar a saber que eram utilizados em culturas arvenses, tinham olivais e proporcionavam condições para um colmeal. As pastagens naturais e os restolhos alimentavam 389 cabeças de gado grosso, predominantemente bovino (358 cabeças), onde entravam 69 juntas de bois para o trabalho, mais 2189 cabeças de gado miúdo, sendo 1400 ovinas, 313 caprinas e 673 suínas, que exigiam montado. O gado suíno, além da venda «à perna» ou vivo, prestava-se à salga de carne e toucinho (600 kg), à banha, aos enchidos e fumados. O alavão ovino era aproveitado para a elaboração de produtos lácteos (queijo regional e almece). Tudo isto com um aparato tecnológico tradicional, bem ilustrado pelos arados simples⁴³ e «de rodado» (charruas tipo labrego)⁴⁴ para as lavras, grades de madeira para o destorroamento, «fouces» para as ceifas e «cobras de debulha» (debulha a sangue)⁴⁵.

Duas décadas depois (1833) descreveu-se novamente a lavoura do viúvo Carlos Miguel Cunha Viera, que vivia em «sociedade» informal com os quatro filhos. Além das herdades patrimoniais, a exploração compreendia também, por arrendamento, outros prédios contíguos. Nela se faziam cereais, leguminosas, azeite, mel e cera (70 colmeias). Foram declarados também 100 almudes de vinho, um produto realizado fora da grande exploração, a partir das vinhas existentes nas quintas da casa, prédios descritos com «casa, terra de semear, vinha e olival». Na herdade do Carrascal, de que era enfiteuta, tinha realizado «benfeitorias depois da morte da mulher». Na exploração principal, a pecuária mantinha-se como uma das componentes fundamentais. O gado de rendimento tinha aumentado: 726 suínos, incluindo 250 «bácoros», 130 «erviços» e 296 porcos «que pastam no Pral do Meio» (um montado arrendado), 3740 ovinos, dos quais 1100 eram «ovelhas paridas», e 250 cabras. O gado de trabalho (e rendimento) manteve-se praticamente estável: algumas éguas para a eira e 331 bovinos, incluindo 60 juntas

⁴² Sobre esta caracterização e a polémica em torno dela no caso português, v., por exemplo, Mariano Feio (1973), Henrique de Barros (1980) e Olivier Balabian (1980, pp. 603-611 e 724-760).

⁴³ Cf. J. Silva Picão (1983, p. 250).

⁴⁴ Cf. «arado» e «charrua» in Joel Serrão 1981, I, pp. 171-173, e II, pp. 52-53).

⁴⁵ ADE-NJ-IOCE: processo n.º 490 (1813).

de bois. No plano qualitativo, o trem de lavoura não apresentava qualquer alteração⁴⁶.

Mais um salto de trinta anos: 1859, ano de inventário judicial por morte do «maior contribuinte», Carlos Miguel da Cunha Vieira Jr. Entre os bens rústicos, uma courela, na Guarda da Lagardona, «que em tempo foi vinha», transformada em terra de semear: é muito provável que no início da década o devastador *oidium tuckeri*⁴⁷ tenha visitado esta plantação. Contudo, nas Quintas da Retorta e Lajes e em quartéis anexos o lavrador dipunha de «vinha e arvoredos»⁴⁸.

Quanto à lavoura, ela estava organizada a partir de uma herdade patrimonial que lhe coubera na herança. O lavrador estendeu-a a novas herdades, umas compradas, na praça dos bens nacionais, outras de renda⁴⁹. Na herdade da Palheta, transformada em sede, tinha um «monte de casas, com suas competentes oficinas, montado e terra de semear». As da Vidigueira e Salvada também tinham olival. Nas instalações deste monte existia uma adega equipada com 22 pipas e potes. A exploração estava dedicada às culturas arvenses, ao olival e ao gado. Foram inventariados 23 cabeças muares e cavалares, 92 bovinos (30 juntas de bois), 253 caprinos, 1401 ovinos e 530 suínos (50 «porcas criadeiras»). Isto porque, entretanto, tinham sido vendidos 546 porcos e morrido várias cabeças, entre as quais 236 ovelhas. A viúva declarou também que daria «conta no futuro [...] da lã e azeite cujo fabrico se não acha ultimado, bem como das criações de gado ora em progresso». Quanto ao aparato técnico, a única novidade em relação aos inventários anteriores, além da referência à adega no monte, o registo de charruas «de ferro» no trem de lavoura⁵⁰.

Nesta época, a orientação produtiva e o aparato técnico desta lavoura não eram muito diferentes daqueles que encontramos entre os outros latifundistas da região. De facto, até à década de 1850, a grande exploração alentejana manteve, do ponto de vista produtivo, o carácter misto que já revelava no princípio do século⁵¹: terra de semear (culturas arvenses), olival e montado (bolota, lenha e carvão); uma pecuária baseada em gado de trabalho, com uma parte deste efectivo destinada à reprodução, e em gado de rendimento (lã, carne e lácteo) a comer nas pastagem de solo (ovino, caprino) e de

⁴⁶ ADE-NJ-IOCE: processo n.º 997 (1933); v. também no mesmo núcleo o processo n.º 881 (1829).

⁴⁷ Cf. Helder Adegar Fonseca (1996a, 127).

⁴⁸ ADE-NJ-IOCE: processo n.º 1587 (1859).

⁴⁹ Cf. Helder Adegar Fonseca (1996a, 392).

⁵⁰ ADE-NJ-IOCE: processo n.º 1587 (1859).

⁵¹ Para este período, podem ver-se mais exemplos de lavouras destas casas em Helder Adegar Fonseca (1987a, pp. 111 e 113).

montado (suíno), sendo mesmo admissível um aumento quantitativo nas cabeças ovinas e suínas. Contudo, no mesmo período, em cerca de metade das casas já existia também experiência relacionada com a exploração vitícola, realizada em quintas ou quartéis de vinha localizados nos arredores da cidade ou já integrada no complexo espacial e produtivo da grande exploração agrária. Outras já revelam também preocupação com a exploração da cortiça. Mas não se fique com uma imagem distorcida: nas grandes explorações o padrão produtivo permanecia centrado no cereal, no gado (de pastagem e montanheiro) e no olival. No plano técnico, a novidade era, sem dúvida, a recente introdução da charrua de ferro (anos 1850)⁵².

Foi, claramente, a partir de finais da década de 1850, provavelmente à saída da crise do ódio, que a plantação da vinha passou a ocupar um lugar mais expressivo e generalizado no complexo produtivo das grandes explorações. Sabe-se que depois do desbaste provocado pela doença na área de Évora, o vinhedo recuperou depressa, o plantio alastrou e estendeu-se à grande exploração de forma generalizada. Foi também por esta altura que a grande exploração latifundiária começou a tirar, de forma sistemática, partido de um novo recurso e criou uma nova fonte de rendimento: a cortiça dos montados de sobro.

A descrição da «lavoura» de Francisco de Lemos Cunha Vieira em inícios do século XX ilustra de uma forma exemplar a maior complexidade produtiva da agricultura latifundiária e as mudanças organizacionais técnicas então ocorridas no interior destas grandes explorações. Visitemo-la então no ano de 1904⁵³:

1. *As instalações.* No monte da herdade-sede da exploração destacava-se a ampla casa de habitação do lavrador: tinha dois «andares»; no piso superior, oito quartos, um deles «novo»; no rés-do-chão, 15 divisões funcionais, entre as quais o «escritório», os dois quartos de hóspedes e a «sala», dominada pela presença de um «piano horizontal». Vários quartos para criadas e outros empregados, como o «escrevente» que trabalhava no «escritório da lavoura». Para os serviços, o monte dispunha de uma «amassaria» (fabrigo do pão), queijaria, alpendre, oficina de ferreiro, oficina de abegão, arrecadação para as alfaías, adega, dois celeiros, casa de apeiros, uma abegoaria e uma cabana. Não muito distante da sede o «moinho dos Frades [...] que está englobado na lavoura da casa»;
2. *Géneros em armazém (as produções).* Os celeiros guardavam 32400 l de trigo, 10 800 l de centeio, 22 500 l de cevada, 12 000 l de aveia,

⁵² Cf. Helder Adegar Fonseca (1996a, pp. 390-397).

⁵³ Cf. AFCE-F2: processo n.º 708.2.

3000 l de fava e tremço. Na adega havia cerca de 1500 l de vinho e 800 l de vinagre. O armazenamento das farinhas, queijos, carnes de conserva, azeite, azeitonas e outros géneros de produção (feijão, etc.) tinha lugar nas três despensas do monte. Dos sobros já saíra uma tiragem de cortiça no valor de 8538\$700 réis (cerca de 12 198 arrobas);

3. *Gado (de serviço e rendimento)*: 115 bovinos (32 juntas e 21 vacas afilhadas), 51 equinos, incluindo 10 éguas de ventre, um «macho de cobrição» e 22 mulas das parelhas; 1476 ovinos (875 de ventre); 221 cabras (150 de ventre); 635 porcos (43 de ventre);
4. *Tecnologia (trem de lavoura)*. Além do equipamento da queijaria, das oficinas do ferreiro e abegão, da adega e das «ferramentas do moinho», tudo tradicional, registe-se o arrolamento, pela ordem normal das operações agrícolas: (a) de diversos instrumentos para trabalhos «a braços»: enchadas, enchadões, sacholas, ancinhos, forquilhas, machados vulgares e corticeiros, gadanhas, etc.; (b) de instrumentos aratórios «movidos por animais»: 24 arados, 10 «charruas de ferro» para fins diversos, incluindo uma *barbant* (*sic*), 4 «rojões», 5 «grades de dentes»; (c) de instrumentos de eira: 5 «trilhos de ferro»; 2 «malhos de centeio», etc.; (d) preparadores de alimentos: um corta-palha, «muito usado»; (e) de material de transporte: 21 carretas e 1 churrião.

Este tipo de percurso não foi excepcional. Neste período são numerosos os exemplos da evolução da empresa latifundiária para um modelo marcado pela «complexidade do systema de exploração»⁵⁴. Ainda que com algumas diferenças de escala, organização e utilização dos solos, ao combinarem culturas arvenses e lenhosas (vinha e olival), pomares e hortas, montados de sobro e azinho, gado de trabalho e de rendimento, durante a segunda metade do século XIX, as grandes explorações agrícolas alentejanas localizadas na área de Évora, do ponto de vista produtivo, mesmo mantendo a matriz da tradição, aproximaram-se muito mais da «exploração completa» (mista), que Sertório do Monte Pereira considerava o «sistema cultural» mais adequado ao Alentejo⁵⁵, do que do modelo de «exclusivismo cultural», com que frequentemente se tem rotulado a agricultura da região.

As mudanças no plano técnico também não foram irrelevantes. Mais do que uma alteração no sistema cultural ligado aos cereais — o pastoril misto ou

⁵⁴ Assim o sintetizou o agrónomo Romão Patrocínio Ramalho (relatório da Exposição Pecuário-Agrícola realizada em Évora em Maio de 1903, Évora, 1908, p. 22).

⁵⁵ Cf. Sertório do Monte Pereira, «As explorações vitícolas no Alentejo», in *Portugal Agrícola*, vol. VI, 1894-1895, p. 243.

céltico sem compáscuo e com pousio de pastagem —, com a chegada à liderança dos agricultores-agrónomos (pelo menos a partir da década de 1870) procedeu-se à sua «metodização», com a divisão da parte da exploração dedicada à cerealicultura em folhas, rotações e combinações culturais certas. Foi necessário integrar na grande exploração as técnicas da cultura vitícola e da produção vinícola, num contexto marcado pela divulgação de meios sanitários de combate e de cepas exóticas resistentes ao filoxera. Inovou-se com a «educação» do montado de sobro, ou seja, com a aprendizagem de todos os processos relacionados com a exploração da cortiça, incluindo técnicas de gestão florestal, desbaste e poda do arvoredor, descortiçamento e tratamento da cortiça. Fizeram-se melhoramentos no domínio da exploração pecuária, destacando-se⁵⁶: os progressos na selecção, cruzamento e mestiçagem de algumas das espécies com vista ao reforço das qualidades competitivas, caracteres zootécnicos ou à produção de híbridos mais produtivos ou robustos (gado cavalar, muares, bovino); a organização de coudelarias particulares (1860-1880); a beneficiação de instalações pecuárias para o gado cavalar e bovino; a beneficiação da dieta do gado bovino de trabalho, cujo regime de pastagem-palha foi aumentado com uma «ração suplementar» constituída por «cevada branca e aveia, ou só aveia, que vai até 7 litros no dia, e outros farinha, farello, etc., em posturas de palha ou moinha, na alcofa ou manjedoura»⁵⁷.

Contudo, foi na criação do gado suíno, transformado no «mais importante de todos os capitais da exploração pecuária» alentejana, que os progressos se tornaram mais visíveis. A criação da raça suína «alentejana» mereceu, de facto, um cuidado particular dos lavradores locais. De meados até finais do século XIX, associados ao crescente investimento nos montados, os efectivos

⁵⁶ Cf., por exemplo, ADE-NGC: mc. 999: «Relatório do intendente da Pecuária do Distrito Administrativo de Évora, 1866: o inquérito e relatório sobre o distrito de Évora inserido no *Recenseamento Geral dos Gados no Continente do Reino de Portugal em 1870*, Lisboa, I. N., 1873, pp. 34-116 (da parte 1) e 198-227 (da parte 2); Romão do Patrocínio Ramalho (intendente da Pecuária distrital), *Relatório da Exposição Pecuário-Agrícola Realizada em Maio de 1903*, Évora, 1908: o relatório realizado pelo intendente da pecuária João Guerreiro Mestre, que acompanha a «estatística do gado bovino no distrito de Évora (1910)», in *B. D. G. A.*, 10.º ano, n.º 12, Coimbra; v. ainda Helder Adegas Fonseca (1996, pp. 415-420).

⁵⁷ Em todo o caso, na década de 1890 os gados bovino, lanar e caprino ainda viviam em «regime de pastoreação permanente. A introdução ou reforço de um complemento alimentar em ração era um melhoramento recente, ligado à redução das pastagens, que Romão Ramalho considera uma consequência da «revolução fromentária», a qual também acarretou uma maior actividade deste gado: «os bois de trabalho faziam antigamente serviço, quando muito, uns quatro meses por ano, chegando hoje, com a revolução fromentária aqui produzida, a trabalhar durante quase todo o ano» [cf. Romão do Patrocínio Ramalho, *Relatório da Exposição Pecuário-Agrícola Realizada em Maio de 1903*, Évora, 1908, pp. 37 e 47; v. também «Monografia do concelho de Évora», in *B. D. G. A.*, 7.º ano (1895), Lisboa, I. N., 1899, p. 266, e ACF: *Cadernos de contas da administração de Domingos António Fiúza* (1863-1882)].

aumentaram 71% na área de Évora e 135% em todo o distrito, passando este, na distribuição nacional da espécie, de uma posição mediana para a de liderança⁵⁸.

O porco transformou-se no «menino bonito da exploração pecuária», beneficiando de um regime alimentar «farto, semiestabulado», onde «não falta[va] o almece [produto residual na fabricação do queijo de ovelha e cabra], o centeio, a cevada, o milho, o agostadouro para respigar, o melhor bocadinho de pastagem mimosa ou recheada» e a bolota, quando, a partir de Outubro e até Fevereiro, entravam nos montados, arvoredos e fruto que os trabalhos de charrua e as desmoitas melhoraram. Também foram beneficiadas as malhadas das porcas criadeiras. Alguns continuavam a preferir o «sistema rústico, para facilidade da desinfecção radical [deitar fogo], à hespanhola», em situações de manifestação de contágios mortíferos. Outros edificaram «construções d'alvenaria, mais higiénicas e com telhados removíveis para facilitar a desinfecção, e, dentro deste tipo, não faltavam exemplos sofisticados, como «a malhada chic» da exploração do Rosado de Carvalho. Seleccionado e alimentado com base num regime misto, semiestabulado, o porco alentejano, da malhada à saída do montado, ganhou precocidade: no início do século XX (1903) «o porco que há anos só atingia um certo peso aos dois e três anos, atinge-o actualmente com um ano, e pouco mais d'ano»⁵⁹.

Finalmente, deve ainda acentuar-se que a *age of machinery*⁶⁰ não passou ao lado da grande exploração agrícola alentejana, a qual desde meados do século XIX iniciou um processo lento, é certo, mas contínuo, na modernização do aparato tecnológico.

Quanto ao momento da introdução das «máquinas modernas», não restam dúvidas e, tal como já se sabia, e as grandes explorações eborenses confirmam, ele ocorreu em meados do século XIX, quando ainda estava em curso uma expansão na sementeira de cereais e consequente aumento da produção⁶¹. Nesta fase, ele concretizou-se, por exemplo, na adopção de novas alfaias para as lavras (charruas de ferro modernas) e de maquinismos de

⁵⁸ Cf. Helder Adegar Fonseca (1996a, p. 146), Romão do Patrocínio Ramalho (1908, p. 220), J. David Justino (1986, p. 981), B. C. Cincinato da Costa e D. Luís de Castro (1990a, p. 304) e «Os escritos de Silvestre Bernardo de Lima. Alimentação pecuária», in *B. D. G. A.*, 11.º ano, Lisboa, n.º 4, 1913, p. 70.

⁵⁹ Cf. Romão do Patrocínio Ramalho (1908, 71-84); v. exemplos em Helder Adegar Fonseca (1996a, pp. 418-419).

⁶⁰ E. J. T. Collins (1981).

⁶¹ Em cereal normalizado na área de Évora, a produção média anual aumentou apenas 2% entre os quinquénios de 1851-1855 e 1866-1870 [cálculo a partir dos dados de Helder Adegar Fonseca (1992, pp. 264 segs.); v. ainda J. David Justino (1986, p. 748)].

debulha a vapor, energia que também foi aplicada a algumas artes agrícolas, como a do fabrico do azeite e, pouco depois, do vinho, ambos integrados nas grandes explorações.

A partir de então prosseguiu a difusão das charruas modernas, com modelos estrangeiros e nacionais, originais, melhorados ou adaptados. O interesse crescente por estas alfaías explica-se pelo vulgar reconhecimento de não haver naquela época nenhuma maneira mais célere, eficaz e barata de arrotear, alqueivar, lavrar vinhas e limpar arvoredos. A variedade nas aplicações e a vantagem comparativa nos custos e qualidade dos serviços prestados não deixaram de ser tomadas em consideração num período em que se acentuou a diversificação na orientação produtiva da grande exploração alentejana. E, como notou Veríssimo de Almeida em 1884, «se o mercado não fosse favorável, nem as casas constructoras estrangeiras teriam em Lisboa agências de machinas, nem mesmo a indústria portuguesa perderia o seu tempo e capital em fabricar instrumentos de lavoura que são verdadeiras imitações das charruas estrangeiras»⁶².

Igual procura não tiveram os grandes maquinismos modernos aplicados à fase terminal da cultura dos cereais. Em Évora, nas grandes explorações, até finais do século XIX, manteve-se activo o método tradicionalmente mais usado, o da debulha a sangue (ou a pés de gado). Mas não era o mais importante. Coincidindo com as primeiras adopções da debulhadora mecânica (1860-1861), experiências poucos anos depois abandonadas, difundiu-se também o sistema do trilho, incluindo o moderno trilho de cadeira com facas em ferro e rolos cilíndricos, que começou a generalizar-se nos anos 1870⁶³.

Para Jaime Reis, a lentidão na adopção da debulha mecânica no Alentejo não ficou a dever-se a uma variação sensível no custo do factor «trabalho»⁶⁴. Alguma influência tiveram as deficiências qualitativas (falta de destreza téc-

⁶² Cf. J. Veríssimo de Almeida, «Machinas e aparelhos de lavoura e sementeira», in *Revista da Exposição Agrícola de Lisboa*, Lisboa, 1884-1885, p. 203.

⁶³ Para uma descrição do processo, v. J. Silva Picão (1983, pp. 388-390). Para mais pormenores, v. Jaime Reis (1982, pp. 376-377) e *Revista Agrícola. Periódico Agronómico* [...] 4.º ano, n.ºs 9 a 12, 1870, pp. 241-310; v. exemplos em Helder Adegar Fonseca (1996a, p. 423).

⁶⁴ A introdução e adopção destes maquinismos têm sido associadas a contextos onde se realizou a conjugação de dois factores económicos considerados decisivos: o aumento da produção de cereal de sequeiro para pão e a carestia de mão-de-obra. O Alentejo não vivia com a mesma preocupação os riscos de um desbaste das searas pela «chuva de Verão», luta contra o tempo que na Europa do Noroeste foi um poderoso estímulo na maquinização da ceifa e debulha, mas tinha outras dificuldades similares, como o risco dos incêndios ou mesmo uma chuva fora de horas, factos que tornavam «o recolhimento rápido das searas, para saírem rápido de eventualidades e avarias [...] a principal preocupação da maior parte dos lavradores» (J. Silva Picão, 1983, pp. 370-371). Sobre os factores que estimularam a invenção e adopção destes maquinismos, v., por exemplo, B. H. Slicher Van Bath (1984, pp. 301-305) e Pierre Leon (dir.) (1982, iv, pp. 16-26 e 373).

nica) da mão-de-obra e as tensões sociais traduzidas em «actos de sabotagem», mas a «causa fundamental» foi a limitada escala produtiva das explorações alentejanas em matéria de produção de cereal normalizado antes de 1900: os exemplos conhecidos de grandes casas agrícola da região sugerem que seriam «escassíssimos a sul do Tejo [...] os lavradores com produções cerealíferas de tal monta que pudessem empregar a debulha a vapor sem prejuízo»⁶⁵.

Esta interpretação, que não atende a outros factores sociais e económicos⁶⁶, é, contudo, reforçada pelo que se sabe sobre a evolução da produção cerealífera regional, que conheceu uma acentuada regressão desde finais da década de 1860 até meados de 1880. Na área de Évora, nomeadamente, a produção bruta média de cereal normalizado baixou 29%, tendo nos vinte anos seguintes aumentado 130%⁶⁷.

O referido recuo produtivo, associado a uma descida pronunciada no preço dos cereais de panificação⁶⁸, coincidiu, tanto quanto se sabe, com uma abundância relativa da oferta de mão-de-obra, mesmo nos períodos de ponta dos trabalhos agrícolas, pela facilidade no recrutamento de trabalhadores algarvios e do Norte do país⁶⁹. Estas circunstâncias não só não favoreceram a difusão dos novos métodos de debulha, como estimularam o abandono, «por antieconómico»⁷⁰, por parte daqueles que os tinham adoptado.

Em contrapartida, os lavradores eborenses, ao mesmo tempo que melhoraram as instalações agrícolas (montes, potris, cabanas, malhadas, abertura de poços, etc.), não deixaram de aproveitar as boas perspectivas de rentabilidade proporcionadas pela viticultura e pelo antigo e novo negócio dos montados: a

⁶⁵ Cf. Jaime Reis (1982, pp. 393-406).

⁶⁶ Cf. E. J. T. Collins (1973, p. 130, e 1987).

⁶⁷ Cf. Jaime Reis (1982, p. 405, e (1988, pp. 308-310 e 323), Helder Adegar Fonseca (1992, p. 264, e 1996b) e J. David Justino (1986, pp. 740-748).

⁶⁸ Cf. J. David Justino (1986, pp. 615-616).

⁶⁹ No caso do Alentejo é ainda obscura a evolução do mercado de mão-de-obra ao longo da segunda metade do século XIX. Apesar de os «grandes trabalhos públicos» promovidos desde meados do século terem levado os lavradores locais a recearem que «o operário concorra a empregar-se n'esses trabalhos e desampare os da lavoura», os dados disponíveis levam alguns autores a sustentar que, nesta época, o comportamento dos salários não agravou significativamente os custos de produção, facto que é concordante com o recrutamento regular de trabalhadores tanto para as obras públicas como para os trabalhos agrícolas de ponta em outras regiões do país com excedentes de população [cf. *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos Distritos Administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1865*, Lisboa, I. N., 1866 (relatório de Beja), e ainda Jaime Reis (1980, 131, 1982, pp. 393-399, e 1988, pp. 323-324); v. também Miriam Halpern Pereira (1983, p. 20) e Ana Maria Cardoso de Matos *et al.* (1982, pp. 71-72).

⁷⁰ Cf. *Relatórios apresentados à Junta Geral do Distrito de Beja em suas sessões ordinárias de Novembro de 1881 e Maio de 1882 [...]*, Lisboa, 1882, p. 29.

criação dos suínos e a extracção de cortiça. A esta diversificação associou-se a generalização da nova tecnologia da lavra. Não foi propriamente uma «transferência para a viticultura do esforço de mecanização iniciado na cerealicultura», como terá acontecido noutras partes do país⁷¹.

Na verdade, tanto a expansão da área vitícola como a «educação dos montados», em matéria de investimento, não deixaram de corresponder a um grande esforço em arroteamentos, plantações, limpezas, etc., trabalhos agrícolas que exigiam regularidade e onde eram grandes as vantagens da utilização da moderna tecnologia da lavra.

O terceiro momento deste processo coincidiu com o final do século XIX. Desde a década de 1880 que as grandes explorações da zona de Évora promoveram, no plano técnico, mudanças mais amplas. Já salientámos a metodização do sistema dos afolhamentos. Fez-se a introdução (1890) e rápida difusão (1890-1905) dos adubos químicos. A vulgarização das alfaías de lavra foi complementada com a difusão das destinadas a outros preparos da terra (grades, semeadores, etc.). Regressaram as ceifeiras e as debulhadoras mecânicas e entraram as enfardadeiras e preparadoras de rações⁷². O vapor aplicou-se de um modo mais generalizado, nomeadamente aos lagares, moinhos, regas, mas, introduzido na lavra, teve pouco êxito, como em quase toda a Europa ocidental. Modernizou-se a plantação e tratamento das vinhas e os processos de vinificação, criando-se mesmo uma empresa regional (Adega Regional do Alentejo), com base em capitais eborenses, com o fim de «constituir tipos definidos de vinhos regionais de consumo ou lotação»⁷³.

Atendendo ao que fica dito, é exagerado, se não despropositado, atribuir às casas da elite económica eborense da segunda metade do século XIX o espírito rotineiro com que frequentemente foram rotulados os agricultores alentejanos e nacionais. Pelo menos a partir de meados do século, eles diversificaram a orientação produtiva das explorações, aumentaram e melhoraram a componente pecuária, em particular nos suínos, e as instalações rurais e introduziram, testaram e adoptaram em crescendo alguns meios técnicos mais modernos. Com a transformação de matos em montados, au-

⁷¹ Atitude que, segundo Miriam Halpern Pereira (1983, p. 147), ter-se-á verificado, pelo menos, no vale do Sado.

⁷² Um exemplo: em 1881 o lavrador José Rosado de Carvalho debulhava a sangue e em trilhoada e armazenava as palhas e fenos pelo sistema tradicional (redes em palheiros). Em 1915 o sucessor, José Maria Rosado de Carvalho, já separava o cereal da palha com uma «debulhadora muito usada», ajudada por uma locomóvel, e arrumava a palha em fardos (uma enfardadeira). Cf. ADE-NJ-IOCE: processo n.º 2148 (1881) e AFCE-IF: processo F2-1276 (1915).

⁷³ Cf. artigo 2.º do Decreto de 14 de Junho de 1901.

mentaram a área produtiva; com a posterior extensão de sementeiras cerealíferas regulares àqueles solos, já no final do século, intensificaram o uso da área produtiva.

No plano tecnológico, poder-se-á admitir que o ritmo de modernização não decorreu a uma grande velocidade ou que o investimento realizado em capital fixo não foi o mais adequado à escala das suas explorações. No entanto, sabe-se que os processos de inovação técnica não dependeram exclusivamente da vontade ilustrada dos agricultores. Em determinados contextos económicos, a persistência de certos métodos considerados tradicionais em detrimento de outros aparentemente mais progressivos pode explicar-se simplesmente pelo modo como o fez, em 1862, um defensor da modernização agrícola do Alentejo: «Nós diremos: é a rotina; e ele (o lavrador) replicará: é o bom senso⁷⁴».

IV. CONCLUSÃO

Nas décadas que se seguiram ao triunfo liberal constituiu-se no Alentejo uma elite económica em cuja composição participaram personagens e famílias cujas experiências no plano pessoal, familiar, social e empresarial eram diferentes. Neste sentido, era uma elite plural: na sua origem esteve tanto uma boa parte da aristocracia e dos grandes proprietários e lavradores cujas famílias tinham já um forte enraizamento local como gente originária dos meios de negócios, sendo que uma fatia era exógena à região e tinha uma presença bastante recente na cidade (primeira ou segunda geração).

Da forma como este grupo, que caminhou para uma forte convergência no plano sociológico, conduziu os seus interesses económicos resulta enfraquecida a imagem tradicional sobre a conduta supostamente tradicional e conservadora da «burguesia agrária» alentejana que emergiu com o liberalismo. As evidências mostram um mundo com interesses complexos e poliformes: colocações no imobiliário (urbano e rural) e agricultura, de facto os mais importantes, mas também na indústria moderna e tradicional, na mineração, no comércio, no «negócio do dinheiro», na banca e nos mercados accionista e dos títulos públicos. Esta diversificação não deixou de merecer reparos por parte de alguns observadores coevos. No início do século XX o meio empresarial eborense era acusado de querer «ser Dombasle e Bakevel, Rud-Saack e Jonas Veb, especialista em culturas e em gados, negociante e silvicultor, cidadão e lavrador, gastando n'essa fabulosa luta muitos dos seus

mais sagrados esforços, quando [...] deveria aproveitar as vantagens da especialização»⁷⁵.

Também é certo que entre as aplicações que poderiam ser consideradas das mais ousadas, como as que se fizeram no plano industrial (por exemplo, minas, moagem moderna), algumas fracassaram e conduziram os seus protagonistas à falência. Tratando-se de gente informada, com contas organizadas, experimentada na diversificação dos investimentos, portanto minimamente capacitada para avaliar êxitos e insucessos, a constatação de uma inegável e generalizada tendência para a longo prazo reforçar os interesses no sector agrário, tanto no que se refere à carteira fundiária como à exploração agrícola, é compatível com uma explicação baseada na escolha do caminho mais seguro e rentável para concretizar os seus objectivos económicos e não necessita de ser associada à persistência de um modelo de acção inspirado nas práticas económicas da aristocracia tradicional. A atitude similar adoptada pelos «industriais» estrangeiros que se fixaram na região a partir dos anos 1830-1840 reforça certamente esta interpretação.

A diversificação na aplicação dos recursos foi acompanhada pela adopção de formas de organização empresarial onde a tradição coexistiu com alguma modernidade: os negócios, centrados na casa e nas suas extensões (os estabelecimentos comerciais e agrícolas), assumiram formas societárias informais (familiar, em «casa comum» ou sociedade comercial sem escritura notarial) ou formais (sociedades comerciais e agrícolas firmadas). Nas companhias comerciais (sociedades regulares colectivas, sociedades em comandita ou sociedades por acções) encontramos o modelo de empresa que suportou os investimentos mais modernos, nomeadamente no sectores mineiros, da indústria corticeira e da banca⁷⁶.

Não há dúvida de que, no período em análise e de forma universal, todos os membros da elite económica eborense, aproveitando o incremento da oferta de bens fundiários, investiram fortemente no sector imobiliário, reforçando ou constituindo grandes patrimónios fundiários.

Na gestão deste activo, o arrendamento foi, de facto, uma das formas de rentabilizar o capital, tal como o foi a exploração directa. No entanto, na maior parte dos casos em que foi possível reconstituir a formação dos patrimónios ficou claro que a vigorosa acumulação de terra através de novas aquisições no mercado obedeceu mais a um plano de ampliação das lavouras instaladas e consolidação de áreas já anteriormente em exploração directa pela casas (por exemplo, através do arrendamento) do que a objectivos es-

⁷⁵ Cf. Romão do Patrocínio Ramalho (1908, p. 22).

⁷⁶ Vários exemplos destas formas de organização empresarial podem ver-se em Helder Adegar Fonseca (1996, pp. 225-294 e 383-388).

tritos de alcançar ou acrescentar a renda fundiária. Esta estratégia foi adoptada tanto pelos investidores com ascendência aristocrática como pelos oriundos dos meios agrário e mercantil.

Na condução das explorações agrárias, a característica fundamental que tem sido assinalada é a da rotina nos planos cultural e técnico. Ora a investigação levada a cabo sobre a orientação produtiva, o sistema de cultura, o aparato técnico e a condução dos gados nas grandes explorações agrícolas obriga a uma revisão daquele quadro clássico tão negativo. De facto, na segunda metade do século XIX a elite económica eborense, no que toca a gestão agrária, não se limitou a preservar ou instalar grandes explorações agrícolas baseadas em práticas tradicionais. O seu desempenho nesta matéria foi mais progressivo do que se pensava: dotou as propriedades com novas instalações, promoveu a exploração mista e o arroteamento, submeteu as culturas arvenses a um método, investiu na «criação e educação» dos montados de sobre e azinho, expandiu a plantação de arvoredos e da vinha, cuja cultura foi «altamente lucrativa», incorporou cada vez mais *inputs* externos na exploração, inovando lenta, mas progressivamente, o aparato técnico (por exemplo, na tecnologia de mobilização dos solos), e melhorou a qualidade da massa pecuária que criava⁷⁷.

Qual o resultado global desta conduta empresarial? No plano individual, o enriquecimento e o endividamento. Durante o século XIX, a fortuna média destas casas triplicou, um incremento significativo, tendo em conta a evolução bem mais modesta de algumas variáveis macroeconómicas nacionais⁷⁸. Foi, portanto, um período de prosperidade para estas casas, embora desigual e sem evitar casos de fracasso. E foi também um período de crescente recurso ao crédito oferecido, primeiro, pelo mercado institucional tradicional e particular e, depois, pelas novas instituições bancárias, algumas das quais foram por si criadas (Banco Eborense e Banco do Alentejo). A taxa média de endividamento destas casas era de 9 % (1840-1870), quando a da geração que a precedeu rondava os 2% (1800-1840); e aquela tendência acentuou-se para o final do século (12 %, 1871-1900) (quadro n.º 1). A «fome de dinheiro» que se viveu a partir de meados do século XIX esteve directamente associada ao esforço de investimento realizado.

Qual o seu impacto na economia regional? Contrariando o paradigma da crónica falta de iniciativa e dinamismo, a elite económica alentejana, em fase de renovação sociológica, não se colocou à margem das oportunidades de negócio que despontaram no Alentejo na sequência do triunfo liberal e da expansão económica portuguesa e europeia do 3.º quartel do século XIX. Ela

⁷⁷ Cf. Miguel E. O. Fernandes (1889, p. 4). Sobre estes tópicos, v. Helder Adegar Fonseca (1992, pp. 652-725, e 1996, pp. 388-426).

⁷⁸ Cf. J. David Justino (1986, pp. 737 e 781) e Helder Adegar Fonseca (1992, p. 386).

mobilizou os recursos domésticos, promoveu a constituição de sociedades com capitais familiares ou exclusivamente regionais e participou na constituição de outras ao lado de investidores nacionais. Tornou-se, deste modo, uma parte activa na disputa e partilha das mesmas oportunidades e negócios que também atraíram capitais nacionais e estrangeiros e, desta forma, contribuiu para o progresso económico da região naquele período.

A variedade dos interesses económicos concretizados testemunha o empenho acima referido. Lavradores, negociantes e aristocratas, ao mesmo tempo que reforçavam solidariedades e caminhavam para um estilo de vida similar, estiveram entre os principais compradores de bens desamortizados no distrito; ligaram-se a interesses comerciais, variados no modo como se organizavam e nos produtos que vendiam; envolveram-se em actividades agrícolas e industriais (moagem, cortiça, minas, etc.), com fundos familiares e sociais (sociedades comerciais e por acções); emprestaram dinheiro e negociaram letras; criaram dois bancos regionais, um deles com base exclusivamente em capitais distritais e o outro em aliança com meios angariados entre a elite económica do Norte do país. Alguns investiram fora da região, em títulos e acções nacionais e estrangeiras e em sociedades industriais. A indiscutível autonomia e modernidade de algumas destas aplicações mostra também iniciativa e protagonismo económico.

O que fica dito não é contraditório com o empenho crescente que a elite económica eborense pôs no investimento fundiário, uma opção que só uma análise superficial pode associar à persistência de um influxo aristocrático, uma «tara» frequentemente atribuída à burguesia nacional⁷⁹. A compra, benfeitorização e exploração da terra foram o destino de muitos capitais nacionais, e do mesmo modo procederam os empresários estrangeiros que se radicaram com projectos industriais no país: os Robinson, em Portalegre, os Reynolds, em Estremoz, os Camps, na Azaruja, e os Pidwell, em Sines, para referir apenas alguns casos, cedo alargaram os seus interesses e à função industrial acrescentaram a de grandes proprietários, agricultores e produtores de matéria-prima⁸⁰.

Este comportamento, comum a indivíduos com origens geográficas e sociais, tradições económicas e culturais e experiências de vida activa tão distintas, como o eram tanto os membros que compuseram a elite económica eborense liberal como os investidores exteriores à região, significa, acima de tudo, que capitalizar na terra e fazer agricultura no Alentejo de Oitocentos foram aplicações mais seguras e mais remuneradoras do que as que se fizeram noutras actividades.

⁷⁹ Sobre a questão da «feudalização» da burguesia europeia no século XIX, cf., por exemplo, Adeline Daumard (1992) e G. Chaussinand-Nogaret (1991, pp. 288 e segs.)

⁸⁰ Cf., por exemplo, Helder Adegar Fonseca (1992, pp. 76-82 e 406 e segs.) e Isabel Gomes *et al.* (1995).

Neste percurso acabamos por ser confrontados com um universo cuja acção económica é menos linear do que poderia imaginar-se e, afinal, mais próxima da de outros sectores empresariais portugueses. A ser assim, e independentemente do importante papel desempenhado pelos agentes e capitais externos que a região atraiu, pode afirmar-se que a elite económica alentejana foi uma protagonista relevante do sentido modernizante que o conjunto da economia regional tomou na era liberal. Pelo menos para o período da formação do Alentejo contemporâneo, fica enfraquecida a ideia de que o desenvolvimento da região foi ameaçado pela conduta «tradicional» das suas elites, eternamente pouco afoitas ou incapazes de tentar mudar o rumo dos acontecimentos, e não se confirma o tão enraizado estereótipo que está subjacente à tradicional visão sobre a «burguesia agrária» alentejana.

BIBLIOGRAFIA

- ALAIN-BOURDON, Albert (1985), «L'Alentejo, espace mythique ou nouvelle frontière?», in *Les campagnes portugaises de 1870 à 1930. Image et réalité. Actes du Colloque [...]*, Paris, F. C. G., pp. 365-378.
- BACCI, Maximo Livi (1971), *A Century of Portuguese Fertility*, Princeton, PUP.
- BALABIAN, Olivier (1980), *Les exploitations et les problèmes de l'agriculture en Estrémadure espagnole et dans le Haut-Alentejo. Contribution à l'étude de campagnes méditerranéennes*, 2 vols.
- BANTI, Alberto Mario (1988), *La formazione di una borghesia agraria (Piacenza, 1805-1914)*, Firenze, I. E. Firenze (tese de doutoramento, polic.).
- BARROS, Afonso de (coord.) (1980), *A Agricultura Latifundiária na Península Ibérica*, seminário, Oeiras, F. C. G.-I. G. C.-C. E. E. A.
- BARROS, Henrique de (1980), «O latifúndio. Tentativa de caracterização económica», in Afonso de Barros (coord.), pp. 15-27.
- BLACKBOURN, David, e Richard J. Evans (eds.) (1991), *The German Bourgeoisie*, Londres, Routledge.
- CASSIS, Youssef (ed.) (1994), *Business Elites*, Aldershot, Edward Elgar Publishing Limited.
- CASTRO, Luís de (1911), *Crédito Agrícola Democrático*, Lisboa, Livraria Clássica Editora.
- CHARLE, Christophe (1978), «Les milieux d'affaires dans la structure de la classe dominante vers 1900», in *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, n.ºs 20-21, pp. 83-96.
- CHAUSSINAND-NOGARET, Guy, J. M. Constant, C. Durandin e A. Jouanna (1991), *Histoire des élites en France du xvi^{ème} au xx^{ème} siècle*, Paris, Pluriel.
- COLLINS, E. J. T. (1981), «The age of machinery», in Gordon Edmund Mingay (ed.), *Victorian Countryside*, 2 vols., Londres, Routledge & Kegan Paul, pp. 200-214.
- COLLINS, E. J. T. (1987), «The rationality of 'surplus' agricultural labour: mechanization in English agriculture in the nineteenth century», in *The Agricultural History Review*, vol. 35, Londres, The British Agricultural History Society, pp. 36-46 (1.ª ed.: The «machinery question», in *English Agriculture in the Nineteenth Century*, JAI, 1979).
- COSTA, Fernando Marques da, F. C. Domingues e N. G. Monteiro (orgs.) (1989a), *Do Antigo Regime ao Liberalismo 1750-1850*, Lisboa, Vega.
- CUSTÓDIO, Jorge (1996a), «Sistemas de lavra na mina de S. Domingos (1854-1966)», in Miguel Rego (coord.), *Mineração no Baixo Alentejo*, Castro Verde, ed. C. M. Castro Verde, pp. 174-185.

- CUSTÓDIO, Jorge (1996b), «James Mason e a construção da mina de S. Domingos», in Miguel Rego (coord.), *Mineração no Baixo Alentejo*, Castro Verde, ed. C. M. Castro Verde, pp. 198-229.
- CUTILEIRO, José (1977), *Ricos e Pobres no Alentejo (Uma Sociedade Rural Portuguesa)*, Lisboa, Sá da Costa.
- DAUMARD, Adeline (1966), «La fortune mobilière en France selon des milieux sociaux (XIX^e-XX^e siècle)», in *Revue d'histoire économique et sociale*, n.º 3.
- DAUMARD, Adeline (1970), *Les bourgeois de Paris au XIX^e siècle*, Paris, Flammarion.
- DAUMARD, Adeline (dir.) (1973), *Les fortunes françaises au XIX^e siècle. Enquête sur la répartition et la composition des capitaux privés à Paris, Lyon, Lille, Bordeaux et Toulouse d'après l'enregistrement des déclarations de succession*, Paris, Mouton.
- DAUMARD, Adeline (1992), *Os Burgueses e a Burguesia na França*, S. Paulo, Livraria Martins Afonso.
- DIAS, Maria de Fátima Sequeira (1993), *Uma Estratégia de Sucesso Numa Economia Periférica: a Casa Bensaúde e os Açores, 1800-1873*, 2 vols., Ponta Delgada, Universidade dos Açores (tese de doutoramento, polic.).
- DIAS, Maria de Fátima Sequeira (1996), «Os empresários micaelenses no século XIX: o exemplo de sucesso de Elias Bensaúde (1807-1868)», in *Análise Social*, n.ºs 136-137, pp. 437-464.
- FEIJÓ, Rui Graça Castro (1992), *Liberalismo e Transformação Social. A Região de Viana do Antigo Regime a Finais da Regeneração*, Lisboa, Fragmentos.
- FEIO, Mariano (1973), *Latifúndio, Cultura Intensiva e Teorias Agrárias (Polémica com o Prof. Henrique de Barros e Alguns Comentários Esclarecedores)*, Beja.
- FEIO, Mariano (1985), «Uma grande lavoura de Serpa na segunda metade do século XIX. A cultura de cereais e legumes», in *Finisterra. Revista Portuguesa de Geografia*, Lisboa, n.º 40, pp. 207-266.
- FEIO, Mariano (1988a), «Uma grande lavoura de Serpa na segunda metade do século XIX. Os gados e a rentabilidade dos principais sectores de exploração», in *Finisterra. Revista Portuguesa de Geografia*, Lisboa, n.º 45, pp. 55-100.
- FEIO, Mariano, e J. C. Silveira (1988b), «As produções de cereais na região de Évora no fim do século XIX», in *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, Lisboa, n.º 1, pp. 85-93.
- FERNANDES, Miguel E. O. (1989), *A Cultura do Trigo pelos Adubos Químicos no Baixo Alentejo*, Lisboa.
- FIGUEIREDO, Alexandre de Sousa (1871), *Da Associação e do Crédito Agrícola*, dissertação para o acto grande e exame final do IGA, Lisboa, Tip. Universal.
- FIGUEIREDO, Manuel Adelino de (1861), *Estudos de Agricultura*, Coimbra, Imprensa Literária.
- FLORENCIO Puntas, Antonio (1994), *Empresariado Agrícola y Cambio Económico, 1880-1936 (Organización y Estrategia de la Patronal Sevillana en los Inicios de la Modernización)*, Sevilla, Deputación Provincial de Sevilla.
- FONSECA, Helder Adegas (1987a), «Para o estudo dos investidores alentejanos: os lavradores da comarca de Évora no final do Antigo Regime. Alguns aspectos», in *Revista Portuguesa de História*, t. XXII, Coimbra, pp. 47-114.
- FONSECA, Helder Adegas, e Jaime Reis (1987b), «José Maria Eugénio de Almeida, um capitalista da Regeneração», in *Análise Social*, Lisboa, ICS, n.º 99, pp. 865-904.
- FONSECA, Helder Adegas (1988), «Sociedade e elites alentejanas no século XIX», in *Economia e Sociologia*, Évora, n.ºs 45-46, pp. 64-67.
- FONSECA, Helder Adegas (1989), «A propriedade da terra em Portugal 1750-1850: alguns aspectos para uma síntese», in Fernando Marques da Costa (org.) pp. 213-240.
- FONSECA, Helder Adegas (1992), *Economia e Atitudes Económicas no Alentejo Oitocentista*, 2 vols., Universidade de Évora (tese de doutoramento, polic.).
- FONSECA, Helder Adegas (1995), «Agricultura, especialización y diversificación productiva: la experiencia portuguesa en la 'región del latifundio', 1850-1910. Una interpretación», in *Noticiário de História Agrária*, Murcia, SEHA, n.º 9, pp. 13-41.

- FONSECA, Helder Adegar (1996a), *O Alentejo no Século XIX: Economia e Atitudes Económicas*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- FONSECA, Helder Adegar (1996b), «As elites económicas alentejanas, 1850-1870: anatomia social e empresarial», in *Análise Social*, Lisboa, ICS, n.ºs 136-137, pp. 711-748.
- FONSECA, Helder Adegar (1997), «O perfil social da 'aristocracia censitária' no Alentejo. 1850-1870», in *Actas do Seminário El Poder de las Elites. Las Elites de Poder en la Europa Mediterránea* (4.º seminário org. por el GHSA), Córdova (prelo).
- FONSECA, Helder Adegar (1998), «A agricultura alentejana entre a especialização e a diversificação produtiva: 1859-1910», in *Revista Técnica do Extensivo*, ano 1, n.º 0, pp. 28-42.
- GAMEIRO, Fernando Luís (1995), *Ensino e Educação no Alentejo Oitocentista*, Lisboa, FCSH da UNL (tese de mestrado, polic.).
- GOMES, Isabel, e José Painho E. Manuel Dias (1995), *A Casa Reynolds (1854-1890)*, Évora, Universidade de Évora (Seminário de História, polic.).
- GUIMARÃES, Paulo (1994), *Indústria e Conflito no Meio Rural. Os Mineiros Alentejanos dos Finais da Monarquia ao Estado Novo*, Lisboa, FCSH da UNL 1994 (dissertação de mestrado, polic.).
- GUIMARÃES, Paulo (1996), «O Alentejo e o desenvolvimento mineiro durante a Regeneração», in Miguel Rego (coord.), *Mineração no Baixo Alentejo*, Castro Verde, ed. C. M. Castro Verde, pp. 114-129.
- GRIGG, David (1982), *The Dynamics of Agricultural Change. The Historical Experience*, Londres, Hutchinson.
- GUILLEMIN, Alain (1982), «Aristocrates, propriétaires et diplômés. La lutte pour le pouvoir local dans le Département de la Manche: 1830-1875», in *Actes de la recherche en sciences sociales*, n.º 42, pp. 33-60.
- HANSEN, Edward, Peter Schneider e Jane Schneider (1972), «Modernization and development: the role of regional elites and noncorporate groups in the European mediterranean», in *Comparative Studies in Society and History*, vol. 14, pp. 328-350.
- HERAN, François (1980), *Tierra y Parentesco en el Campo Sevillano: la Revolución Agrícola del Siglo XIX*, Madrid, Ministerio de Agricultura, SGT.
- HOWORTH, Jolyon, e Philip G. Cerny (eds.) (1981), *Elites in France: Origins, Reproduction and Power*, Londres, F. P. P.
- JEREMY, David J. (1994), «Anatomy of the British business elite, 1860-1980», in Youssef Cassis (ed.), pp. 309-329.
- JUSTINO, José David (1986a), *A Formação do Espaço Económico Nacional. Portugal 1810-1913*, 2 vols., Lisboa, U. N. L. (tese de doutoramento, polic.).
- JUSTINO, José David (1987), «A evolução do produto nacional bruto em Portugal, 1850-1910: algumas estimativas provisórias», in *Análise Social*, Lisboa, ICS, n.º 97, pp. 451-462.
- KAEUBLE, Hartmut (1980), «Long-term changes in the recruitment of the business elite: Germany compared to the U. S., Great Britain, and France since the industrial revolution, in *Journal of Social History*, 13 (3), pp. 404-423 [reed. Youssef Cassis (ed.), 1994, pp. 3-22].
- LUMLEY, Robert, e Jonathan Morris (eds.) (1996), *The New History of the Italian South. The Mezzogiorno Revisited*, Exeter, University of Exeter Press.
- MACHADO, José Pedro (coord.) (1981), *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa, Amigos do Livro Ed.
- MARQUES, A H. Oliveira (colab. de Jorge Ramos d'Ó e Sérgio B. Fortunato) (1989), *Companhia Geral do Crédito Predial Português, 125 Anos de História*, Lisboa.
- MARTINS, Conceição Andrade (1992), «Opções económicas e influência política de uma família burguesa oitocentista: o caso S. Romão/José Maria dos Santos», in *Análise Social*, Lisboa, ICS, n.ºs 116-117, pp. 367-404.
- MARTINS, Conceição Andrade (1996), «A intervenção política dos vinhateiros no século XIX», in *Análise Social*, n.ºs 136-137, pp. 413-436.

- MATOS, Ana Maria Cardoso de, C. A. Martins e L. Bettencourt (1982), *Senhores da Terra. Diário de Um Agricultor Alentejano (1832-1889)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- MINGAY, Gordon Edmund (ed.) (1981), *Victorian Countryside*, 2 vols., Londres, Routledge & Kegan Paul.
- MÓNICA, Maria Filomena (1987), «Capitalistas e industriais (1870-1914)», in *Análise Social*, Lisboa, ICS, n.º 99, pp. 819-864.
- PEDREIRA, Jorge Miguel (1984), «O 'génio empreendedor': espírito de empresa e dificuldades económicas no itinerário de um fabricante português. Custódio Braga (1793-1832)», in *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, Lisboa, Quetzal, pp. 65-83.
- PEDREIRA, Jorge Miguel (1991), «Negócio e indústria: a estampania da Região de Lisboa (1780-1800)», in *Análise Social*, Lisboa, ICS, n.ºs 3-4, pp. 573-559.
- PEDREIRA, Jorge Miguel (1992), «Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais», in *Análise Social*, Lisboa, 1992, n.ºs 116-117, pp. 407-440.
- PEDREIRA, Jorge Miguel (1996), «Tratos e contratos: actividades, interesses e orientações dos investimentos dos negociantes da praça de Lisboa (1755-1822)», in *Análise Social*, n.ºs 136-137, pp. 355-380.
- PEREIRA, Miriam Halpern (1983), *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico*, 2.ª ed., Lisboa, Sá da Costa.
- PI-SUNYER, Oriol (1974), «Elites and noncorporate groups in the European Mediterranean: a reconsideration of the Catalan case», in *Comparative Studies in Society and History*, vol. 16, n.º 1, pp. 117-131.
- PI-SUNYER, Oriol (1974), «Of corporate groups and vanishing development: a reply to Schneider, Schneider and Hansen», in *Comparative Studies in Society and History*, vol. 17, n.º 1, pp. 241-244.
- PILBEAM, Pamela M. (1990), *The Middle Classes in Europe 1789-1914. France, Germany, Italy and Russia*, Hampshire-Londres, Macmillan Education Ltd.
- PONS, Anacleto, e Justo Serna (1992), *La Ciudad Extensa. La Burguesia Comercial-Financiera en la Valencia de Medios del XIX*, Valencia, Diputació de Valencia.
- PRETO, Rolão (1945), *A Traição Burguesa*, Lisboa, Pro Domo.
- RAMALHO, Romão do Patrocínio (1908), *Relatório da Exposição Pecuária-Agrícola Realizada em Évora em Maio de 1903*, Évora.
- REIS, Jaime (1982), «Latifúndio e progresso técnico no Alentejo. A difusão da debulha mecânica no Alentejo, 1860-1930», in *Análise Social*, Lisboa, ICS, n.º 71, pp. 371-431.
- REIS, Jaime (1984), «O atraso económico português em perspectiva histórica (1860-1913)», in *Análise Social*, Lisboa, ICS n.º 80, pp. 7-28.
- REIS, Jaime (1993), *O Atraso Económico Português 1850-1930*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- ROCHA, Maria Manuela Ferreira Marques (1994), *Propriedade e Níveis de Riqueza. Formas de Estruturação Social em Monsaraz na 1.ª Metade do Século XIX*, Lisboa, Cosmos.
- RUBINSTEIN, W. D. (1977), «Wealth, elites and the class structure of modern Britain», in *Past and Present*, n.º 76, pp. 99-126.
- RUBINSTEIN, W. D. (1981), *Men of Property. The Very Wealthy in Britain since the Industrial Revolution*, Londres, Croom Helm Ltd.
- SILBERT, Albert (1968), *Le problème agraire portugais au temps des premières cortès libérales (1821-1823)*, Paris, PUF.
- SILBERT, Albert (1978), *Le Portugal méditerranéen à la fin de l'Ancien Regime: XVIII^e - début XIX^e siècle. Contribution à l'histoire agraire comparée*, 3 vols., Lisboa, INIC.
- SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da (1988), *Revolução Liberal e Propriedade. A Venda dos Bens Nacionais no Distrito de Évora (1834-1852)*, Lisboa, UNL (tese de doutoramento, polic.).

- SPRING, David (ed.) (1977), *European Landed Elites in the Nineteenth Century*, Baltimore e Londres, The Johns Hopkins University Press.
- STONE, Lawrence, e J. C. F. Stone (1972), «Country houses and their owners in Hertfordshire, 1540-1879», in William O. Aydelotte (ed.), pp. 52-123.
- STONE, Lawrence, (1981), *The Past and the Present*, Boston-Londres e Henley, Routledge & Kegan Paul.
- STONE, Lawrence, e J. C. F. Stone (1984), *An Open Elite? England 1540-1880*, Oxford, Clarendon Press.
- VERDE, Filipe (1996), *Biografia de Uma Mina (S. Domingos)* (doc. vídeo), Lisboa, ISCTE.
- WOOLF, Stuart (dir.) (1993), *Espaces et familles dans l'Europe du Sud à l'âge moderne*, Paris, Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme.